

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Identidade e cultura das classes trabalhadoras em Belo Horizonte no início
do século XX (1893-1930).

MARIANA

2011

Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Identidade e cultura das classes trabalhadoras em Belo Horizonte no início
do século XX (1893-1930).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Daniela Oliveira Ramos dos Passos. Área de concentração: Sociedade, Poder e Região.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus.

Mariana

2011

Para meu filho Joaquim e meu marido Luiz Gustavo, com amor e carinho.

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Ronaldo Pereira de Jesus por me acolher no programa de Pós Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, pela orientação, sempre crítica e instigante e principalmente pela confiança no meu trabalho.

Aos funcionários do Museu Histórico Abílio Barreto, do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, a equipe que atende na divisão de vendas e revitalização da Imprensa Oficial e aos funcionários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, especificamente aos que trabalham no departamento da coleção Linhares, pelo atendimento solícito e cortês, além da prestativa ajuda nas indicações e pesquisas que realizei nestas instituições.

Aos professores do programa de Pós Graduação em História pela paciência, atenção e pelas aulas, que me apresentaram perspectivas e me impulsionaram por novos caminhos e saberes.

Aos colegas do programa pela convivência agradável e estimulante. Aos amigos de sempre pelo incentivo e pela confiança que depositaram no meu trabalho, em especial a Maria da Conceição M. Viana (dona Nenzinha) pela correção ortográfica criteriosa (e carinhosa) deste trabalho.

A minha mãe e meus irmãos pelo apoio e incentivos de sempre.

Ao Luiz sou sempre grata pelo incentivo constante e pela ajuda irrestrita. Pelo carinho e paciência. Pela grande contribuição, ao ler todo esse trabalho, questionando e criticando com o devido rigor. Ao grande apoio que nunca me faltou, me incentivando diariamente e me animando nos momentos mais difíceis. A ele e ao Joaquim, com alegria, gratidão e amor, dedico esta dissertação.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar a formação e organização dos trabalhadores na cidade de Belo Horizonte entre os anos de 1893 a 1930. Analisamos, através de variada documentação, as tendências associativas e os elementos políticos, ideológicos e culturais presentes nas classes trabalhadoras da nova capital mineira. Compreendemos que as ações empreendidas pelas associações classistas, em busca de melhores condições de trabalhos e vida constituíram-se de práticas reformistas, onde procuravam consolidar os direitos trabalhistas através dos meios legais. Além deste fator, entendemos que a intervenção do governo na construção e no planejamento da cidade de Belo Horizonte, foi fundamental para influenciar a formação da ideologia reformista das classes operárias belorizontinas. Assim, os trabalhadores de Belo Horizonte passaram a se organizar reunindo-se em associações com características mutuais ou mesmo em entidades cujo objetivo girava em torno da defesa e da conquista dos direitos e interesses dos operários, desenvolvendo práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Procuramos dimensionar a formação das classes operárias em Belo Horizonte, dentro do contexto de construção da cidade capital, tentando delimitar o caráter reformista das entidades, associações e centros classistas.

Palavras-chave: Trabalhadores, reformismo e Belo Horizonte.

Abstract

This paper aims to investigate the formation and organization of workers in the city of Belo Horizonte, between the years 1893 to 1930. We analyze, through varied documentation, membership trends and political, ideological and cultural gifts in the working classes of the new capital of Minas Gerais. We understand that the actions undertaken by associations classists, in search of better conditions of work and life was of practical reformers, which sought to consolidate labor rights through legal means. In addition to this factor, we believe that government intervention in the construction and planning of the city of Belo Horizonte, was crucial to influence the formation of the reformist ideology of class workers. Thus, employees of Belo Horizonte began to organize themselves into associations with reuniting mutuals characteristics or even entities whose purpose revolved around defence and conquest of the rights and interests of workers, developing practices geared to preparing and sending petitions to Congress or even through appeals and claims published in newspapers workers of the time. We try to scale the formation of workers in Belo Horizonte, within the context of construction of the capital city, trying to delimit the character reformist organizations, associations and centers classists.

Keywords: Workers, reformism and Belo Horizonte.

Lista de Tabelas

1. Distribuição da população de Belo Horizonte em 1912.....	27
2. Estrangeiros em Belo Horizonte em 1912.....	36
3. Ocupação por setor em 1912.....	38
4. Relação das indústrias e fábricas de Belo Horizonte beneficiadas pelos incentivos municipais em 1912.....	39
5. Distribuição de empregos em 1912.....	41
6. População ocupada em Belo Horizonte segundo os setores de atividades em 1912.....	41
7. Crescimento da indústria em Belo Horizonte em 1920.....	44
8. População ocupada em Belo Horizonte segundo o setor de atividades em 1920.....	45

Lista de Abreviatura

ABA – Associação Beneficente dos Alfaiates

ABT – Associação Beneficente Tipográfica

AECMG – Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais

APCBH – Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte

APM – Arquivo Público Mineiro

CCBH – Centro dos *Chauffeurs* de Belo Horizonte

MhAB – Museu histórico Abílio Barreto

PLAMBEL – Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

1. Apresentação.....	09
2. Introdução	13
3. A construção do espaço social e econômico da cidade de Belo Horizonte.....	18
3.1. A transferência da capital mineira.....	18
3.2. A formação urbana e espacial de Belo Horizonte	22
3.3. A Estrutura econômica de Belo Horizonte.	37
4. As associações profissionais e beneficentes: mutualismo e práticas políticas sindicais.....	46
5. Reformismo e luta: a participação política dos trabalhadores de Belo Horizonte no espaço urbano em formação.	65
6. Conclusão	91
7. Fontes	95
8. Referências.....	98

1. APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, pesquisas historiográficas, que analisam o movimento operário no Brasil da Primeira República, têm procurado enfatizar as múltiplas experiências e pluralidades de ideias que expressaram as classes trabalhadoras deste período.

Estudar a formação do movimento operário requer ir além de imaginar o trabalhador como apenas italiano e anarquista, reduzindo a um único ideário o movimento. Como nos aconselha Cláudio Batalha, é necessário pensar a “diversidade da origem dos trabalhadores, a especificidade das dinâmicas regionais, a variedade de formas de organização e a constelação de correntes ideológicas, presentes no movimento”¹.

Dentro desta perspectiva, procuramos mostrar como a multiplicidade de ideias e experiências, em especial a formação social e espacial da cidade de Belo Horizonte, foi marcante para a constituição das classes trabalhadoras da cidade.

Precisamente, pensar em como a intervenção do poder público no espaço cidadão foi basilar no que se refere à organização e movimentação dos trabalhadores de Belo Horizonte, levando-os em muitos momentos a assumir uma posição reformista, tendo a greve “como um último recurso” e uma participação ativa na política parlamentar da cidade.

Nosso enfoque privilegia a luta dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida e a possível consolidação dos seus direitos através dos meios legais, isto dentro do contexto de construção da nova capital mineira. Para tanto, a pesquisa se baseou na análise qualitativa de fontes nucleares e complementares e de uma pesquisa bibliográfica de suporte à leitura.

Em primeiro lugar pretendemos caracterizar a construção do espaço social e econômico da cidade de Belo Horizonte. Dentre os elementos teóricos utilizados para este fim, contribuíram as obras de José Murilo de Carvalho (1987), Leticia Julião (1996), Maria Efigênia Lage de Resende (1974), Richard Senett (1989 e 2006), Michel Foucault (1984), Maria Ester Saturnino Reis (1994), Abílio Barreto (1995), Bereneci

¹ BATALHA, 2000, p. 08.

Martins Guimarães (1991), Maria Auxiliadora Faria e Yonne de Souza Grossi (1977), Norma Goes Monteiro (1973), Michel Le Ven (1977), Rogério Pereira Arruda (2000), Paul Singer (1974), Sérgio Silva (1981) e Wilson Suzigan (1986).

Tais estudos possibilitaram analisar o contexto histórico do surgimento da cidade de Belo Horizonte (1893 – 1920), construída para ser sede da nova capital mineira, cujo ideal era o de transformá-la numa metrópole moderna, apresentando-se como um espaço para a constituição de uma nova sociabilidade, rompendo assim, com os ideais políticos tradicionais (regime político monárquico) e apresentando este espaço urbano como centro consolidador da emergente República. Destaque ainda para o estudo do processo de formação das classes trabalhadoras neste espaço citadino e a relação com o projeto de construção da cidade, levando em consideração condições de vida, organização e o lugar ocupado pelos operários dentro da estrutura social e econômica da nova capital.

Para a compreensão da conjuntura histórica, em que os trabalhadores estavam inseridos, durante a Primeira República e para caracterizar a formação da classe trabalhadora belorizontina, suas práticas de luta, ideais e vivências, os estudos de José Murilo de Carvalho (1987), Ângela de Castro Gomes (2005), Cláudio Batalha (1990, 1995, 1999, 2000 e 2004), Boris Fausto (1983), Eduard Palmer Thompson (1989), Eric Hobsbawm (1987), Ronaldo Pereira de Jesus (2009), Ronaldo Pereira de Jesus e Cláudia Viscardi (2007), Eliana de Freitas Dutra (1988), Kazumi Munakata (1981) Sheldon Maram (1979), Paulo Sérgio Pinheiro e Michel Hall (1979) e Maria Auxiliadora Faria e Yonne de Souza Grossi (1977), foram basilares.

Com base na leitura destas obras, foi possível analisar o contexto histórico da Proclamação da República e as principais correntes ideológicas trabalhistas e estratégias sindicais presentes neste cenário. Além, do estudo destes autores, ter possibilitado uma elaboração teórica do termo cultura e do conceito de classe, este entendido como espaço agregador de identidades comuns e de vivências compartilhadas entre os membros formadores desta. E ainda, o exame destes textos, propiciou o entendimento, no que se refere, à constituição das classes operárias em Belo Horizonte, abordando suas práticas, discursos e meios de se fazerem representar diante das instituições públicas da nova capital mineira, em busca de consolidar direitos trabalhistas e procurar meios que melhorassem as condições de trabalho e de vida dos operários em geral.

Quanto ao estudo das fontes primárias, analisamos os periódicos produzidos pelas associações classistas. Sendo eles: O Operário (Liga Operária – 1900), O Operário (Centro Operário – 1903), O Labor (Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais – 1905), O Confederal (Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais – 1907) e O Operário (Confederação Católica do Trabalho -1919/1920). Todos pertencentes à documentação da Coleção Linhares, disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo possível encontrar alguns números disponíveis também na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Outros documentos também foram estudados, visando complementar este trabalho, sendo eles: os estatutos das associações, disponíveis no periódico Minas Gerais (órgão da Imprensa Oficial do Estado) guardados no acervo de revitalização e vendas da Imprensa Oficial; revistas comemorativas das entidades, especificamente as da Associação Beneficente Tipográfica e do Centro dos *Chauffeurs* de Belo Horizonte, arquivadas no Museu histórico Abílio Barreto (MhAB), como parte da coleção associações (1898 – 1946) do inventário geral do arquivo privado do Abílio Barreto; uma representação encaminhada à Câmara dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, pertencente a documentação relacionada ao dossiê da família Donati, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM); e por fim os Anais do Conselho Deliberativo da capital, documentos estes produzidos pelo poder público da cidade de Belo Horizonte, disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

Nesta pesquisa a fonte nuclear foi, de fato, os periódicos das associações especificadas neste trabalho. Logo, é importante destacar o papel da imprensa operária, que neste período, buscava no jornalismo escrito, um meio de agregar interesses, difundir ideais e defender perspectivas próprias da classe. Desta forma os jornais das associações constituíram-se em instrumentos essenciais de politização e arregimentação da classe, sendo importantes para se pensar, a partir de uma análise teórico-metodológica, os discursos e práticas adotados pelos operários e acima de tudo, pelas associações classistas em questão.

Assim, um estudo do clássico *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte* (1995), de Joaquim Nabuco Linhares, se fez necessário, pois a obra nos possibilitou identificar as lideranças classistas e os responsáveis pela editoração dos periódicos, além de trazer outras informações pertinentes, como a natureza, o formato, a

propriedade, a periodicidade e o tempo de duração das folhas.

De acordo com o exposto, para demonstrarmos a atuação das classes trabalhadoras em Belo Horizonte, suas práticas, retóricas e ideais, desenvolvemos o trabalho em três capítulos, nos quais, tentamos contextualizar os discursos.

2. INTRODUÇÃO

Guiados pelas possibilidades de mudança social e melhores condições de trabalho, os operários belorizontinos, do início do século XX, se nutriram de esperanças para lutar pela consolidação de seus interesses. Tendo à frente as associações classistas, das quais eram filiados, os trabalhadores se lançaram rumo a um projeto de mudança e seguiram em busca da materialização dos seus ideais.

A partir daí, este trabalho procurou examinar as práticas reformistas adotadas pelas classes operárias belorizontinas no contexto de construção da nova capital mineira, no intuito de conseguir consolidar os direitos trabalhistas ou mesmo lutar por melhores condições de trabalho e vida.

As reivindicações dos operários, situaram-se no contexto da Proclamação da República no Brasil (1889) e no período de sua consolidação e vigência, nas primeiras duas décadas de sua implementação. Este contexto nos possibilita analisar, o regime político instaurado, a partir da ótica de um processo político-social que inaugurou a possibilidade de novas experiências históricas. A construção deste “novo Estado idealizado”, por atores sociais diversificados, se materializou numa campanha com significativo grau de mobilização e organização, exemplificadas por revoltas eclodidas, movimentos sociais instaurados e partidos políticos sendo criados.²

Para as classes subalternas, principalmente para os trabalhadores, o momento político em que se vivia era próprio para que se fizessem valer seus direitos e estabelecessem suas pretensões de representação junto a governos futuros. Para estes, as reformas sociais viriam através de leis e estas somente se fariam com a existência de representantes, destas classes, junto ao parlamento.

Portanto, foi neste cenário, que começaram a emergir expressões mais articuladas de organização e participação política dentro do seio das classes trabalhadoras, com interesses e discursos diversificados envolvendo propostas que poderiam seguir uma linha que ia do “proto-trabalhismo” ao anarquismo.

No que concerne ao reformismo, ou “sindicalismo amarelo”, Cláudio

² GOMES, 2005, p.36

Batalha o analisa não apenas como uma corrente política una, mas de ideologias mistas que poderiam ir “desde o socialismo reformista ao mais estreito tradeunionismo, passando por correntes que se arvoram republicanas, sociais ou cooperativistas.”³

Ainda de acordo com Batalha o ideal reformista seria um fenômeno que teria nas associações operárias sua principal força. Na década de 1910 o reformismo também assumiu formas que foram desde as associações mutuais até a possível formação de partidos operários dispostos a mudar o sistema. Esta ligação das associações operárias com a formação de partidos políticos (ainda que efêmeros, no Brasil, antes de 1920) denota a existência de uma consciência que iria além dos limites da consciência de classe sindical.⁴

É importante afirmar que no interior do movimento operário do contexto da Primeira República, não apenas o reformismo fez parte das correntes ideológicas adotadas pelos diversos centros e entidades classistas. Houve uma multiplicidade de ideologias e estratégias sindicais coexistindo. Uma pluralidade de expressões como o anarquismo, o positivismo, o cooperativismo, o mutualismo, a corrente católica, o sindicalismo de ação direta e o sindicalismo reformista (este também conhecido como “amarelo”).⁵

Assim, os operários, em espaços e formações históricas específicas, escolheriam suas opções, por meio das quais foram construídos leituras, ideias, tradições e valores, que compunham a diversidade política e ideológica dos trabalhadores organizados⁶.

No que se refere às associações classistas analisadas nesta pesquisa - *Associação Beneficente Tipográfica, Associação Beneficente dos Alfaiates, Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais, Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte, Centro Operário, Liga Operária, Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais, Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais, Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais e Confederação Católica do Trabalho* – podemos dizer que formavam um misto de reformismo e mutualismo, contrapondo-se às ações

³ BATALHA, p.120. 1990.

⁴ *Ibidem*, p. 124.

⁵ *Idem*, 2000.

⁶ AMARAL, 2007.p.10.

ditas revolucionárias.

Objetivamente, o termo revolucionário designa o movimento operário com metas políticas de transformação radical da sociedade. O termo reformista, como já vem sendo dito, refere-se ao movimento operário que buscava mudar aspectos sociais definidos, sem romper com ordem social e econômica, e que visava conquistar melhoramentos para os trabalhadores. Quanto ao mutualismo, este se caracterizou pela solidariedade exercida entre os membros das associações fundadas para este fim, através de auxílios para os sócios em caso de doenças, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral, etc. bem como para zelar pelos interesses da classe⁷.

A ação grevista (aceita enquanto último recurso) também se fez presente nas ideias reformistas adotadas pelas associações classistas belorizontinas. Em maio de 1912, a capital mineira assistiu a uma greve, que durou nove dias, onde os trabalhadores tiveram parte dos direitos reivindicados alcançados (a diminuição da jornada de trabalho de nove para oito horas diárias). Porém, o ponto central dos reformistas era as possíveis vitórias, mesmo que graduais, no parlamento e a busca pela concretização de direitos “dentro de um espírito de moderação”⁸

Dentro desta perspectiva, podemos caracterizar as associações pesquisadas como entidades que viam:

(...) a necessidade de organizações duradoras, fortes e financeiramente sólidas para alcançar seus objetivos, não hesitando em manter funções mutualistas para garantir a permanência dos associados pagando suas mensalidades. Para esse sindicalismo a greve era o último recurso, e nada mais que isso, jamais um fim em si mesmo, pois o que importava era a obtenção de ganhos, mesmo que parciais, em qualquer movimento. Para ver atendidas as reivindicações apresentadas, qualquer ajuda era bem-vinda, inclusive a intermediação de advogados, políticos e autoridades. Mas a ideia de que toda conquista obtida era provisória, podendo ser revertida em um momento menos favorável, conduziu esse sindicalismo à defesa da consolidação dos ganhos no movimento operário através de leis. Além disso, ao contrário do sindicalismo revolucionário, o sindicalismo reformista não condenou a participação política e em diferentes momentos apresentou candidatos operários às eleições legislativas⁹.

Assim, tomando como ponto de partida a análise apresentada por Cláudio Batalha, pretendemos empreender um estudo do movimento reformista dos operários belorizontinos, através do exame das associações acima descritas.

⁷ BATALHA, 2000.

⁸ GOMES, 2005. p.69.

⁹ *Ibidem*, p. 33.

Para iniciar, tratamos de analisar o contexto do surgimento da cidade de Belo Horizonte. Começamos apresentando algumas considerações sobre o processo de transferência da capital mineira para uma das cinco localidades escolhidas pelo Conselho Deliberativo do Estado: Paraúna, Várzea do Marçal, Barbacena, Juiz de Fora e Belo Horizonte, sendo esta última escolhida (depois de vários estudos e análises) como nova sede do governo estadual.

Abordamos ainda a formação urbana e espacial de Belo Horizonte, retratando o modelo urbanístico, símbolo dos ideais de progresso e ciência, em voga nas cidades estrangeiras do século XIX (principalmente Paris e Washington), que influenciaram o engenheiro chefe da Comissão Construtora da nova Capital, Aarão Reis. Além de analisarmos a estrutura econômica da cidade, desde a sua fundação, registrando a proto-industrialização da nascente capital e a distribuição dos operários dentro das várias atividades econômicas deste espaço em construção.

Inseridos no espaço belorizontino, os trabalhadores da nova capital passaram a se organizar em busca de melhores condições de trabalho, se reunindo em sociedades cujos arranjos se caracterizavam como sendo mútuais; (*Associação Beneficente Tipográfica*, a *Associação Beneficente dos Alfaiates*, a *Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais*, o *Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte* e o *Centro Operário*), ou em entidades cujo objetivo girava em torno de defender e conquistar os direitos e interesses dos trabalhadores através dos meios legais de luta, almejando espaços de participação institucional, na tentativa de lançar candidatos próprios às eleições (tanto nas esferas municipais, estaduais ou mesmo federais) e na possível formação de um partido operário que se fizesse presente na vida política da cidade (*Liga Operária*, a *Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais*, o *Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais*, a *Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais* e a *Confederação Católica do Trabalho*).

Estas associações, entidades e centros classistas procuravam desempenhar uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem diretos trabalhistas, desenvolviam práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Também tinham por meta, a instrução dos proletários através da criação de escolas operárias, ou mesmo por meio de palestras e conferências.

Por fim, apoiavam a ideia da criação de um partido operário mineiro que

pudesse lançar a candidatura, se possível em todas as esferas públicas, de pessoas adeptas as causas trabalhistas a fim de influir diretamente na administração do Estado, com vistas a alcançar as reformas necessárias para efetivação dos direitos operários.

Portanto, procuramos dimensionar a formação das classes operárias em Belo Horizonte, dentro do contexto de construção da cidade capital, tentando delimitar o caráter reformista das entidades, associações e centros classistas.

3. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL E ECONÔMICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Considerando a cidade como um espaço que passa por processos de constantes transformações, cuja origem se confunde com a própria sociedade que ali se estabelece (ou mesmo precede o centro urbano em expansão), podemos afirmar que o ambiente citadino torna-se, pois, a um só tempo, gerado e gerador de novas formas de relações sociais.

De acordo com Henri Lefebvre, “a cidade é a projeção sobre o espaço de uma sociedade toda inteira, com sua cultura, suas instituições, sua ética, seus valores e sobretudo suas bases econômicas e relações sociais que constituem sua estrutura”¹⁰.

A cidade de Belo Horizonte, apresentou, em sua origem, especificidades que diferenciam o seu processo de formação histórico/social das demais capitais do país. Belo Horizonte também se tornou um local de segmentação, hierarquizando seu território e expulsando para a área suburbana e rural as camadas populares, incluindo os operários.

De tal modo, é necessário ter em mente que o projeto da cidade e as medidas tomadas para sua completa implantação devem ser entendidos dentro do seu tempo, numa visão de valorização do racional e para uma capital que se pretendia modelo dentro do “Estado republicano”.

Para tanto, pensar e localizar os operários dentro da nascente cidade de Belo Horizonte, seja no aspecto físico como também no econômico e no social, se fez necessário, onde buscamos examinar o contexto histórico do surgimento da nova capital mineira, abordando em especial a imagem do moderno e do aspecto disciplinar que marcou a construção do espaço.

3.1. A transferência da capital mineira

As novas idéias, surgidas com o advento da República, vieram afetar diretamente a vida política do país, já que poderiam significar o rompimento com o sistema político centralizador exercido pelo governo imperial. O ambiente de incertezas

¹⁰ LEFEBVRE, 1972. *apud.* FARIA; GROSSI, 1982. p.176.

dos primeiros anos do novo regime político, em meio à necessidade de legitimação, determinou um horizonte favorável a um ousado projeto de construção de uma cidade capital¹¹.

A questão da mudança ou a construção de uma nova capital mineira, era discutida desde a época colonial. Por volta de 1720 o Conde de Assumar indicaria a região de Cachoeira do Campo para ser uma possível sede do governo, afim de não expor a “casa dos governadores” a “arremetidas dos motineiros.” A conjuração mineira de 1789 também propôs a transferência da Capital para a vila de São João Del Rei, sob o argumento de que aquela região seria “mais bem situada e farta de mantimentos”. Mas, somente no final do século seguinte a mudança seria assunto recorrente. Entre as justificativas alega-se o papel que então se atribuía a uma capital, ou seja, a de centro politicamente integrador e economicamente difusor do desenvolvimento de toda província¹².

Com a “vitória” republicana de 15/11/1889, acirraram-se os debates em torno do poder local em Minas Gerais, visto que Ouro Preto (Capital desde 1720, quando da separação das capitanias São Paulo e Minas Gerais) - na concepção dos republicanos mineiros - caracterizava-se como um centro político administrativo, típico do Império, além de possuir deficiências estruturais para se tornar pólo dinamizador da vida econômica do estado. Para os apoiadores da mudança do centro administrativo, na nova capital a vida e os valores urbanos tenderiam a favorecer a prática republicana, que se caracterizava principalmente pelos ideais positivistas, além do mais, uma capital republicana teria que ter uma destinação, neste caso, dotar o Estado de um governo eficiente¹³.

O governo da cidade de Ouro Preto, não querendo perder sua posição de capital, tratou de empreender melhoramentos locais. Para tanto prolongou a estrada de ferro Dom Pedro I, criou sistemas para o abastecimento de água, iluminação e contratou engenheiros com o objetivo de projetar ruas e duplicar as já existentes a fim de facilitar o tráfego. Houve ainda uma solicitação, do então prefeito Walter Heilbuth, ao governador do Estado, Crispim Jacques Bias Fortes, que desse um prazo de 30 anos

¹¹ CARVALHO, 1987

¹² SILVEIRA, 2008. p. 96

¹³ CARVALHO, *op. cit.*, p.12.

para que a cidade de Ouro preto pudesse nivelar o planalto do Cruzeiro no intuito de adaptá-lo à construção de 5.000 novas casas, ou seja, edificar uma nova cidade. A petição foi aceita pelo Governador (despachada em 19/08/1890) e no imaginário dos ouro-pretanos estava assim sanada a discussão sobre a possível mudança da capital¹⁴.

Porém, para os “mudancistas” era necessário mais do que melhorias urbanas na cidade de Ouro Preto; era preciso também romper com os laços de uma sociedade que permanecera, até então, ligada aos modelos tradicionais. Um novo tempo pressupunha uma nova espacialidade e uma nova cidade-capital no Estado mineiro serviria para consolidar a emergente República, dando sentido material a idéia de ruptura.

Belo Horizonte surgiria tendo como ideal ser uma metrópole, não somente de Minas Gerais, mas da República. O projeto da cidade teria sido pensado de forma a escrevê-la no mundo moderno, apresentando-se assim, como espaço para constituição de uma nova sociabilidade¹⁵.

Letícia Julião afirma que, para os “mudancistas” a necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar e o advento da República era o elemento chave na concepção desta temporalidade, sendo a cidade o espaço de sua representação¹⁶.

A criação de uma nova capital para Minas Gerais representou, portanto, o início de um tempo de modernização e desenvolvimento, sendo a proclamação da República um fator ímpar, no que tange a ruptura com o passado, pois:

(...) a cidade aparece como signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho; foco irradiador da civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do estado¹⁷.

No dia 24 de outubro de 1891, foi promulgada a lei n.1, adicional a Constituição Estadual de Minas Gerais, que autorizava o estudo de uma das cinco localidades - Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora - a ser escolhida como sede da nova capital, como cita o artigo de nº1:

¹⁴ BARRETO, 1936. p.214-222.

¹⁵ ARRUDA, 2000. p. 57.

¹⁶ JULIÃO, 1996. p.50

¹⁷ JULIÃO, 1996. p. 50.

Art. 1 - O presidente do estado mandará, com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a capital do estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.¹⁸

Além de tentar romper com a antiga ordem política e ter a missão de simbolizar a “ordem e o progresso” da nascente República, a questão sobre a construção de uma nova capital, na visão dos líderes políticos apoiadores da mudança, também esteve relacionada ao intuito de unificação do território mineiro. Alegavam que o mercado se desenvolvia como parte de uma economia de exportação (isto falando tanto da mineração quanto da cafeicultura), o que reforçava o dilaceramento da província que se dividia em regiões autônomas.

Igualmente, é importante destacar que a disputa em torno do novo centro político esteve ligada às novas forças econômicas dentro do estado. De acordo com Maria Efigênia Lage Resende, a chegada da República acabou por desencadear a luta para a obtenção do poder político, ou seja, cada localidade procurava disputar a posição da sede administrativa do estado de acordo com a situação financeira próspera ou decadente de cada região¹⁹.

Desta forma, as regiões do Norte e Centro se organizaram para manter o poder político. Já as outras regiões - Zona da Mata e Sul - defendiam a transferência da Capital mineira, sob o argumento econômico do café, que desde o início de 1880 representava a força da economia. Contudo, tais regiões não se integrariam ao centro do estado, pois o café, sendo um produto de exportação, era comercializado nos centros mais importantes da costa brasileira: Rio de Janeiro e São Paulo, não contribuindo, portanto para uma efetiva integração do Estado mineiro.

Destarte, para se chegar à decisão do Arraial do Curral Del Rei, como o local a ser edificado o novo centro administrativo do Estado, vigoraram fatores tanto econômicos, políticos e, também é bom destacar, os relacionados aos princípios de higiene e salubridade. Tendo todas as excelentes condições físico-biológicas, além de ser um local político estratégico (centro do Estado), Belo Horizonte foi em 17 de dezembro de 1893 designada como o local a ser construída a nova capital de Minas Gerais, de acordo com a lei nº3, da Constituição do Estado, promulgada pelo então

¹⁸ *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1927.

¹⁹ RESENDE, 1974, p.131

presidente do Congresso, Crispim Jacques Bias Fortes. A capital foi inaugurada, inicialmente, com o nome Cidade de Minas e mudando a denominação para Belo Horizonte, no ano de 1901²⁰.

Além dos fatores políticos e econômicos, o ideal de modernização foi de fundamental importância para se pensar uma nova cidade-capital, uma nova territorialidade para sede do governo do Estado. A modernização, atingido as áreas econômicas, políticas e sociais e o modernismo englobando a arte, a cultura e a sensibilidade foram fatores chave para se pensar um novo espaço para a capital de Minas Gerais, agregando, assim, todo o simbolismo de uma época.

3.2. A formação urbana e espacial de Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte foi construída pela intervenção estatal, num traçado modernizador, inspirado nas experiências urbanísticas das cidades européias e norte-americanas, ou seja, uma cidade planejada. Segundo Leticia Julião, a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional²¹.

Movido pela nova ordem republicana, positivista e científica, inspirado ainda em um repertório urbanístico em alta no estrangeiro, Aarão Reis (atendendo ao governo da época) planejou a cidade concebendo as ruas como “artérias e veias”²². O planejamento das cidades, durante o século XIX, assentou-se em ideais sanitaristas, comparando-as a um corpo saudável, limpo e onde o movimento se dava com total liberdade, e a população pudesse respirar livremente, numa cidade altamente organizada e compreensiva, em que ruas, avenidas e praças representassem uma ruptura radical com o modelo das cidades até então. As cidades planejadas, segundo Richard Sennett, eram pensadas de acordo com a revolução científica da compreensão do corpo humano e de sua circulação sanguínea, proposto por William Harvey em sua obra de 1628, *De*

²⁰ “Nós os representantes do povo mineiro, em Congresso Legislativo, decretamos e promulgamos a seguinte lei: Art. 1º Fica designado o Belo Horizonte para aí se construir a capital do estado” (*Minas Gerais*. Ouro Preto: 17/12/1893).

²¹ JULIÃO, 1996, p.51

²² SENNETT, 2006.

motu cordis. O que Harvey expôs parecia bastante simples: o coração bombeia sangue através das artérias e veias, recebendo-o das veias, para ser bombeado²³. Muitos engenheiros e urbanistas fizeram tal analogia na construção de cidades: a livre circulação (como a sanguínea) ao longo das ruas principais, transformando-as num importante espaço urbano, cruzando áreas residenciais ou atravessando o centro da cidade.

Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade de trânsito das pessoas, imaginando uma cidade de “artérias” e “veias” contínuas, através dos quais os habitantes pudessem se transportar, tais como hemácias e leucócitos no plasma saudável.

Assim, as palavras “artérias” e “veias” entraram para o vocabulário urbano já no início do século XVIII, aplicadas por projetistas que tomaram o sistema sanguíneo como modelo para o tráfego, quando muitos engenheiros estabeleceram uma ligação entre saúde e locomoção/circulação.

Belo Horizonte não fugiu a estes ideais. Segundo o artigo n.2, do decreto de n.803 do ano de 1895, sobre o levantamento da planta geral da capital, temos:

A sua área será dividida em seções, quarteirões, lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene²⁴.

Aarão Reis planejou as ruas, da área central, com largura de 20m, para a conveniência, arborização e livre circulação de veículos. Já as avenidas estas foram fixadas na largura de 35m, suficiente para dar beleza e conforto a população. E não bastava um modelo traçado somente em soluções arquitetônicas, a gestão moderna da cidade exigia intervenções das mais diversas como saberes jurídicos, médicos-sanitaristas e estatísticos, entre outros, na busca por respostas a problemas como miséria, falta de saneamento, doenças, densidade populacional e o potencial de tensões e revoltas sociais²⁵.

Inaugurada em 12 de dezembro de 1897, a cidade-capital representou tudo o que de moderno era preconizado, nas palavras de Joaquim Nabuco Linhares:

Hércules e titânicos foram os trabalhos então realizados. Do Nada pode-se

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Minas Gerais*, Ouro Preto: 11/ 01/1895, p.84. *apud* BARRETO, 1995. p. 232.

²⁵ BARRETO, 1995, p. 251.

dizer, e em tão curto espaço, surgiram as belas avenidas e ruas que aqui estão e os suntuosos edifícios públicos e particulares que garbosos sustentam nesta cidade²⁶.

Característica de uma cidade que se desejava moderna²⁷, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de ser um local de segmentação. De acordo com o estilo funcional e progressista de urbanismo que se iniciou na segunda metade do século XIX, a nova Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidades sociais. Tal fato é percebido no projeto/planta do engenheiro Aarão Reis, que dividiu Belo Horizonte em três zonas:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção²⁸.

Esta divisão funcionava como instrumento para o controle da cidade, sendo que os construtores fixaram os seus limites, classificaram e hierarquizaram os territórios, que deixaram de ser uma “dimensão indefinida” para se transformarem em áreas delimitadas e identificáveis²⁹.

O objetivo desse “enquadramento social” era estabelecer uma ordem dentro da cidade. De acordo com Aarão Reis, era necessário traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não houvesse lugar para a chamada desordem urbana.

Nas intervenções eram implantados sistemas sanitários públicos; abertas longas avenidas compatíveis com o tráfego denso; fincados edifícios modernos nos antigos cenários medievais. Tratava-se de assegurar condições mínimas de vida para uma população em rápido crescimento, adequar a cidade aos negócios, às instituições e ao poder burguês e, ainda, criar dispositivos de controle da multidão de homens pobres e trabalhadores, de modo a ajustá-los às exigências produtivas modernas e a um padrão de ordem urbana³⁰.

²⁶ LINHARES, 1905. p. 381

²⁷ De acordo com Rogério Arruda, o termo moderno significaria um ideal de mudança, de transformação: a busca incessante de um novo tempo. ARRUDA, 2000, p.221

²⁸ OLIVEIRA, 2004. p.34-35

²⁹ JULIÃO, 1996, p.57

³⁰ JULIÃO, 1996, p.55.

Portanto, as cidades amplas, abertas, livres para passagens e transparentes colocariam fim à multidão compacta e valorizaria a individualidade. As pessoas estariam enquadradas no conjunto que foi articulado. Os espaços abertos e iluminados da cidade deveriam colocar todos sob a vista de todos, revelando e neutralizando os perigos da multidão urbana.

As construções das cidades e a revolução urbanística (cidades planejadas) talvez possam ser comparadas à concepção de vigília proposta por Michel Foucault, onde o poder seria exercido a cada olhar, nas ruas largas, vastas e limpas, já que o fato de sempre ser visto manteria sujeito o indivíduo disciplinar³¹.

O “indivíduo dócil”, ou seja, disciplinado, oferece funcionalismo, utilidade e habilidade, mas para tanto, seria indispensável submetê-lo a regulamentos constantes (leis, por exemplo) e velar seus exercícios, “enquadrá-lo” no tempo e no espaço. Quanto ao espaço seria necessário, ainda, uma “arquitetura hierárquica” capaz de encaixar os “corpos” e submetê-los ao controle social. Neste caso a disciplina, a ordem dentro da multiplicidade. Portanto, o corpo social tornar-se-ia um elemento que se poderia colocar, mover, articular com os outros, reduzindo-o funcionalmente e inserindo-o em um “corpo-segmeneto” de um conjunto, no qual o indivíduo se articularia³².

Assim, as cidades planejadas teriam como característica:

(...) uma arquitetura que não é feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios) ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado, detalhado; para se tornar visíveis os que nela se encontram. Uma arquitetura que seria um operador para transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento (...) começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos vazios, das passagens e das transparências³³.

Desta forma, a cidade se tornaria uma paisagem naturalizada, palco de acontecimentos que nada opera, local que se reproduz, se filtra, se duplica ou se absorve a luz, permitindo ser visto ou que ver, conforme uma vontade alheia aos transeuntes. Sabemos que esta situação não basta para formar comportamentos, mas pode ser através dela que eles venham a se desenvolver.

³¹ FOUCAULT, 1984.

³² *Ibidem*.

³³ FOUCAULT, 1984, p.154.

O espaço público, segundo Richard Sennett, destinava-se apenas à passagem e não à permanência. As ruas amplas seriam específicas para movimentação e circulação, uma espécie de *arquitetura da visibilidade*. Tal espaço produziria isolamento, e ao mesmo tempo, controle social, pois os trabalhadores, moradores e transeuntes destas estruturas urbanas seriam assim inibidos a se sentirem pertencentes a este local, que seria apenas um meio para se chegar a uma finalidade desejada. Por ser ainda um espaço amplo, aberto e público, acabaria por produzir um isolamento, pois todos estariam visíveis a todos, o que tornaria a liberdade do espaço um conflito com a liberdade do corpo³⁴. De tal modo que:

No espaço urbano, o individualismo assume um sentido particular. As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com que convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado³⁵.

Assim, o individualismo das grandes cidades, veio “amortecer” o corpo moderno, não permitindo que ele se vinculasse. Os corpos individuais se tornaram desligados dos lugares que passaram a transitar, perdendo ainda a noção de destino compartilhado e se tornaram desencorajados a se organizarem em grupos. As cidades planejadas passariam então a funcionar como isolante do espaço; praticamente esvaziando-o, impossibilitariam as aglomerações; privilegiariam o corpo em movimento, evitar-se-iam os tumultos.

Em se tratando do plano da cidade de Belo Horizonte houve uma rigidez quanto à construção do espaço, que destinava a área interna - perímetro da Avenida do Contorno - a funções específicas, empurrando para as zonas suburbanas e rurais as camadas populares. Isto se deu ainda pela grande dificuldade de acesso a moradia dentro da área central, que deveria ser obtida através do mercado imobiliário, que crescia juntamente com a cidade. Assim, o crescimento populacional se deu da periferia para o centro, como mostra o quadro:

³⁴ SENNETT, 1989.

³⁵ *Idem*, 2006. p.264.

Tabela 1 - Distribuição da população de Belo Horizonte em 1912

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	%
Urbana	12.033	32
Suburbana	14.842	38
Rural	11.947	30
TOTAL	38.822	100

Fonte: Recenseamento do ano de 1912. Minas Gerais, Belo Horizonte, 27/07/1912.

É importante salientar que o espaço em construção da nova capital mineira visava o funcionamento eficiente do Estado, desta forma, no que se refere à ocupação, tratava-se de atender primeiramente aos funcionários públicos oriundos de Ouro Preto. O governo do Estado cederia gratuitamente um lote de terreno na nova capital, de acordo com a planta geral, para cada um dos funcionários estaduais que por força de suas funções fossem obrigados a transferir-se para Belo Horizonte; e aos proprietários de casas em Ouro Preto que pagassem o imposto predial no exercício do ano de 1890 e que construíssem suas novas residências até o prazo de 17 de dezembro de 1893³⁶. Esta foi uma das formas encontradas pelo governo para vencer a resistência dos que não queriam a mudança.

No bairro Funcionários abrigou-se o funcionalismo público. Tal localidade se constituiu em uma espécie de “cartão de visitas”, pois possuía excelentes casas, ruas simétricas (como em todo traçado, dentro da chamada *área urbana*) e ótimas instalações sanitárias. Porém, é importante destacar que mesmo neste bairro havia a convivência vertical entre classes sociais, pois abrigava funcionários públicos em geral, desde desembargadores a servente de escolas³⁷. Por sua vez, a área central foi destinada à construção de prédios públicos, do Parque Municipal e da Zona Comercial (atual Santos Dumont).

Já o Parque era visto como o “pulmão urbano”, órgão respiratório tão importante quanto o coração. Era considerado o local de experiência social da cidade. Circulando através de ruas-artérias as pessoas passariam pelo parque, respirando seu ar fresco, da mesma forma que o sangue é refrescado pelos pulmões³⁸. No Parque Municipal belo-horizontino várias construções foram edificadas para enfeitar o “belo

³⁶ BARRETO, 1995, p. 238.

³⁷ COSTA; BAPTISTA, In: CASTRIOTA, 1998. p.263

³⁸ SENNETT, 2006. p.267.

jardim”, proporcionando entretenimento aos transeuntes e acolhendo inúmeros eventos sociais e esportivos.

Assim, a área central era considerada a mais “atraente”, pois concentrava os serviços urbanos modernos como saneamento e iluminação. Obviamente, por ser o território mais elegante era o menos acessível, já que seus terrenos eram bem valorizados (pelos padrões de mercado da época). Portanto, a área central, especificamente o bairro Funcionários e as partes altas, próximas às ruas da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, acabou se tornando o lugar das elites, que construíram suas residências, faziam negócios e desfrutavam do lazer. Os pobres também estavam localizados na área Central, porém ficavam restritos apenas ao Barro Preto, ao bairro do Quartel (atual Santa Efigênia) e ao bairro do Comércio (atual Hipercentro, ou Centro da cidade).

Em se tratando da população de baixa renda, não houve a mesma preocupação com os assentamentos residenciais. Acostumada a incorporar uma carga negativa, a arquitetura espontânea (ou seja, construções sem a supervisão de profissionais do setor) predominou nos bairros humildes. A reforma restringiu-se à simples maquiagem, pois atrás dos prédios de fachadas determinadas pelas normas da construção civil, estavam as casas/cortiços com chiqueiros e nenhum tipo de ventilação, resultado da precariedade das condições de vida da população destas localidades. Dizia-se que um lado de Belo Horizonte cheirava a lenços d’alcobaça e a mofo das secretarias e o outro lado da cidade cheirava à água de colônia, toucinho e álcool³⁹.

Existindo a impossibilidade de controle do crescimento suburbano, as ruas que se abriram nos subúrbios, geralmente, ultrapassavam a fronteira da avenida. Os quarteirões eram irregulares, os lotes de áreas diversas e as ruas (traçadas em conformidade com a topografia local) tinham apenas 14 metros de largura⁴⁰. Quanto às habitações, eram de construção ligeira e grosseira, denominadas “cafuas”, cujos moradores, na maior parte das vezes, eram os operários.

As moradias dos trabalhadores, segundo Berenice Guimarães, não existiam no projeto inicial de Aarão Reis⁴¹, já que até 1888, com a prevalência do regime de

³⁹ JULIÃO, 1996, p.82

⁴⁰ JULIÃO, 1996, p.60

⁴¹ GUIMARÃES, 1991. p. 71-72

trabalho escravo no país e a existência de senzalas, não haveria preocupação com a questão. Mesmo havendo no Brasil algumas iniciativas de se encontrar soluções para as residências operárias, elas ainda não haviam se tornado questões, do ponto social e político, dignas de atenção do poder do Estado.

De início, os operários residiam em “cafuas, barracos e barracões”⁴² desconfortáveis e provisórios, junto às construções. Localizavam-se no Córrego do Leitão (no Barro Preto) e na Favela ou Alto da Estação (no atual bairro de Santa Tereza), ambas na Zona urbana da cidade. Essas casas seriam demolidas logo ao término das obras, sendo os moradores transferidos para o bairro Lagoinha, na seção suburbana da cidade:

Em 1898, o “incômodo” provocado pela presença de duas áreas de aglomeração de cafuas e barracos na zona urbana levou o Prefeito Adalberto Ferraz a designar o quarteirão 16 da 6ª Secção suburbana (Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação, nesta Capital⁴³.

Os lotes seriam vendidos ao preço de 10 réis o metro quadrado e sob a condição de as casas serem imediatamente construídas para que as cafuas fossem demolidas tão logo a moradia estivesse pronta. Diferentemente da zona urbana, onde havia exigências mais rigorosas para as construções das casas (como a proibição da existência de estábulos, chiqueiros e casas de capim), na zona suburbana e rural não havia nenhuma restrição.

Em 1900, o então Prefeito Bernardo Pinto Monteiro, fez concessões de lotes a título provisório e gratuito a operários e proprietários de cafuas na região da Praça Raul Soares e na Zona da 8ª Secção do Barro Preto, sendo tal medida justificada da seguinte forma:

Não sendo fácil aos pobres operários, dignos de todas as atenções do poder público, a construção, na zona suburbana, de casas dos tipos adaptados pela Prefeitura, para construções congêneres, vime obrigado a ceder-lhes, gratuitamente, lotes em ponto afastado, na vasta explanada que vai ao Calafate, para onde provisoriamente estão sendo transferidos⁴⁴.

A disputa por um lugar na cidade, às vezes saía do silêncio e se manifestava,

⁴² “Cafuas eram as casas de barro, cobertas de capim; os barracos eram feitos de tábuas, cobertos de capim ou zinco e ambos podem estar localizados ou não em áreas invadidas; já os barracões eram construções de alvenaria levantadas, em geral, nos fundos de outras casas”. *Ibidem*, p.64-65.

⁴³ *Ibidem*, p.91.

⁴⁴ MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte, 1899-1902. Imprensa Oficial. *apud* GUIMARÃES, 1991, p.97-98

por meio de reclamações, denúncias e queixas em jornais, como na visão do jornal *O Operário* que registrou a insatisfação da classe popular, alegando que tal medida não representava a solução do problema:

O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o ato do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos dos seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam.⁴⁵

Na verdade as cafuas comprometiam a imagem de Belo Horizonte, o que provocou a adoção de um conjunto de medidas legais, cujo objetivo era preservar a concepção da “cidade-modelo” e, em especial, a zona urbana, que era o “cartão de visita” belo-horizontino. Na representação imaginária do poder público, e mesmo das elites, a insalubridade (que era tida como símbolo dos pobres) era algo aliado à desordem e imoralidade, sendo que a pobreza manchava o cenário civilizatório da nova capital.

A vila operária do Barro Preto criada oficialmente em 1902 já não era suficiente para abrigar um grande contingente de operários ou mesmo pessoas de baixa renda, sendo que em 1917 o prefeito Cornélio Vaz de Mello concedeu nova área ao operariado no local denominado “pasto do mercado”.

Peço uma disposição legislativa que me autorize a dividir parte do patrimônio municipal, denominado <Pasto do Mercado>, em pequenos lotes, que deverão ser cedidos, a título gratuito, aos operários da Capital, pelo prazo improrrogável de 10 anos, findo os quais, virão a pagar 12\$000 anuais (...). A razão da presente solicitação prende-se ao grande desenvolvimento que tem tido a construção de pequenas cafuas em vários pontos do patrimônio municipal. Sem que a Prefeitura o possa impedir, levantam-se da noite para o dia, vários casebres, cujos inconvenientes não preciso enumerar⁴⁶.

Em 1918 o prefeito voltou a insistir na necessidade de “localizar definitivamente o proletário da Capital”. E em 1920 destinou alguns terrenos da Lagoinha para a edificação de mais uma vila operária. Os assentamentos irregulares traziam consigo uma característica negativa para o poder público. As favelas e demais invasões poderiam, quando fora do controle, ameaçar a própria implantação do almejado projeto da cidade moderna, então preconizada para a nova capital mineira;

⁴⁵ *O Operário*, órgão da liga operária, Belo Horizonte: 02/09/1900.

⁴⁶ MELLO, Cornélio Vaz. *Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital*. Belo Horizonte, 1916-1917. Imprensa Oficial.

podendo atrair, assim, focos potenciais de doenças, e outras ameaças à saúde pública⁴⁷.

Assim, esta “revolução” urbana acabou empurrando os cidadãos mais humildes e concentrando-os em lugares distantes do perímetro urbano da nova capital. Seguindo as idéias de Haussmann, Aarão Reis (mesmo que sem intenção) separou a área Central das comunidades pobres, ao projetar largas avenidas, principalmente a Avenida do Contorno, que fez jus ao nome: contornar a cidade e servir como uma fronteira entre a vida urbana e suburbana.

A intervenção pública, neste caso, seria contraditória, pois mesmo trazendo resultados, do ponto de vista da recuperação urbana, era também, discriminatória e excludente, particularmente com a população removida; ao mesmo tempo em que favoreceu (ainda que involuntariamente) aqueles que permaneceram e se instalaram na área central, especialmente os proprietários de imóveis.⁴⁸

Além da derrubada das cafuas da área central, o governo procurou disciplinar os homens despojados de bens, em sua maioria, os trabalhadores. Com as modificações sofridas nas relações de trabalho, no final do século XIX, com o fim da escravidão, as classes dominantes procuraram ajustar os operários assalariados aos dispositivos de repressão. Eram mecanismos mais sutis e disseminados por toda sociedade, como exemplo, a adaptação da população aos serviços de higiene. Ou mesmo os mecanismos de repressão direta como a polícia. O intuito era o de adaptar os novos cidadãos ao sistema político vigente⁴⁹.

E o Estado teve um papel fundamental, pois mesmo havendo ausência de legislação trabalhista, tanto os modelos de salubridades quanto as ordens policiais, eram mecanismos disciplinadores da massa de trabalhadores urbanos. Estas estruturas estavam incumbidas de assegurar a ordem pública na cidade, o que representou submeter os espaços de moradia, lazer e mesmo o trabalho das classes populares a expedientes normativos, aliados a uma vigilância e repressão sistemática⁵⁰.

Antes mesmo da inauguração da capital, foi transferido da cidade de Sabará o destacamento militar que se instalou na Praça Belo Horizonte (bairro de Santa

⁴⁷ COSTA; BAPTISTA, In: CASTRIOTA, 1998. p.272.

⁴⁸ *Ibidem*, p.273.

⁴⁹ ANDRADE; MAGALHÃES. 1989.

⁵⁰ JULIÃO, 1996, p.85

Efigênia). De acordo com os estudos da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, as ações das forças de segurança eram chamadas a atuar sobretudo na vila operária (Barro Preto) em incidentes entre estrangeiros e nacionais e na dissolução de reuniões operárias de caráter reivindicatório⁵¹. Assim, para muitos, se o Estado não se excedesse em punições, seria:

(...) impossível manter a ordem naquele meio excepcional de Belo Horizonte, com os seus 5.000 operários de todas as nacionalidades, muitos desacompanhados de suas famílias e outros tantos que não as tinham, além de crescido número de aventureiros, de desclassificados e de malfeitores de toda espécie. Ora, aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, explanando o solo e construindo a cidade que aqui hoje admiramos, mal a noite caía, ajuntavam-se em tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e aí bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam freqüentes distúrbios. Mas bastava que surgisse ali o temido capitão Lopes e tudo serenava, pois, ele, sem nada temer, entrava nas tascas, entre os brigões, prendia-os, entregava-os aos soldados. Os raros que se revoltavam contra a sua energia pagavam caro a ousadia: recolhia-os ao xadrez de sua delegacia, depois de fazê-los saborear as doçuras dos *marmeleiros* do seu quintal... Por fim, até os mais valentões se submetiam à sua autoridade, passivamente, a fim de evitar a *marmelada*. E era assim que ele, à noite, enquanto a população ordeira dormia tranquilamente, percorria as tascas, dando ordens, repreendendo, mandando fechar portas, sempre respeitado e temido, dando margem a que os construtores da cidade pudessem trabalhar despreocupados em relação ao delicado problema da ordem pública⁵².

Desta forma, percebemos que todo e qualquer desvio da ordem original era tido como caos urbano. A intenção (ou tendência) dos construtores da nova capital tornar-se-ia a de impedir as manifestações da pluralidade dos habitantes sendo estas suscetíveis de serem banidas do espaço citadino. Na cidade capital nada poderia ser mais atraente do que um espaço modelar, disciplinado, com conceitos e condutas traçados para que se revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser.

É interessante observar como a ordem que tentava “refundar” uma nação (a República), na cidade capital passou por negar a participação política dos setores populares e a contrariar os princípios de liberdade e igualdade, ao adotar mecanismos de disciplinas sociais. Porque, embora proclamado sem a participação do povo, o novo regime político despertaria entre os excluídos do governo monárquico certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação⁵³.

⁵¹ PLAMBEL, 1979. p. 106.

⁵² BARRETO, 1995, p. 351.

⁵³ CARVALHO, 1987. p.12

Contudo, neste caso, a nascente Belo Horizonte estava mais preocupada com controle da massa social, fazendo cidadãos ativos apenas uma pequena elite dos estratos médios e altos da sociedade. A rua, mesmo prometendo lazer (o parque) e diferentes meios de se ganhar a vida, era também (e principalmente para as classes populares) um local de insegurança, onde homens pobres conviviam diariamente com a arbitrariedade e a violência da polícia no espaço público. Era uma ordem liberal, porém antidemocrática, e resistente à democratização.

Influenciado pelos conceitos de racionalização, modernização e na excelência do regime republicano, o estado mineiro interveio racional e radicalmente no espaço em construção, se fortalecendo e conservando as forças que nele se faziam representar, através de uma redistribuição, da sociedade neste novo espaço.⁵⁴

Assim, tanto o projeto da cidade quanto as medidas tomadas para sua completa implantação (e nisto inclui-se a remoção das favelas centrais, o aparato policial e as exigências quanto à salubridade imposta à classe socialmente desfavorecida), devem ser entendidos dentro do seu tempo, numa ótica de valorização do racional e para uma Capital que se pretendia modelo dentro do Estado republicano de então.

Para além, outro fator a ser considerado, dentro da formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte, seria sobre a população de imigrante que se fez presente na cidade capital.

Em Minas Gerais, segundo Norma Goés Monteiro, a preocupação com a política imigratória na República (substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre) iniciou-se, através da lei nº 32 de julho de 1892, que autorizava o Governador a promover direta ou indiretamente à imigração de trabalhadores destinados, principalmente, ao serviço da agricultura⁵⁵.

Esta política imigratória do governo de Minas, no limiar do século XX, visava atender a carência de mão-de-obra para lavoura cafeeira, já que em geral os ex-escravos recusavam-se a continuar o trabalho nas fazendas de origem, preferindo deslocar-se para outras regiões, pois:

(...) a liberdade para eles (ex-escravos), consistia, antes de mais nada, no

⁵⁴ ANDRADE; MAGALHÃES, 1989, p. 135

⁵⁵ MONTEIRO, 1973. p. 50.

direito de ir embora, de se deslocar livremente, de abandonar a lavoura, de trabalhar onde, como e quando quisessem⁵⁶.

A prosperidade gerada pelo surto cafeeiro animava o poder público a incentivar e proteger a imigração em Minas; e esta política voltava-se especialmente para Europa, uma vez que a pobreza e o desemprego, causados pelo impacto da expansão industrial e por conflitos armados, neste continente, fizeram com que a imigração fosse, para muitos, uma questão de sobrevivência. O governo mineiro chegou mesmo a criar uma Superintendência de Emigração em Gênova, para divulgar as possíveis vantagens da imigração.

Segundo Michel Le Ven, na nova capital, a imigração se fez necessária para suprir a necessidade de uma mão-de-obra qualificada, altamente especializada em trabalhos de construção de “palácios” e todo tipo de obra de arte⁵⁷. Nas palavras do engenheiro, Francisco Bicalho (substituto, desde 1895, do engenheiro Aarão Reis) percebe-se tal fato:

Tendo os serviços incumbidos a esta Comissão Construtora entrado na época de maior desenvolvimento e sendo evidentemente insuficiente o número de trabalhadores que atualmente procuram esta localidade, tomo a liberdade de lembrar a V. Ex^a a conveniência de estabelecer aqui uma hospedaria de imigrantes, fazendo a Inspetoria de Terras e Colonização dirigir para ela principalmente imigrantes solteiros, que queiram dedicar-se a serviços por salários, prestando-se esta Comissão a levantar e fornecer o barracão necessário para o primeiro agasalho, logo que tenha recebido as instruções necessárias daquela repartição e aquiescência de V. Ex^a.⁵⁸

Com a devida autorização de Américo Werneck, secretário da Secretaria de Agricultura,

iniciou-se logo o serviço de imigração para Belo Horizonte, tendo-se, antes, para tal fim, escolhido um lugar perfeitamente apropriado para a construção da hospedaria; a margem da linha férrea do ramal, próximo a uma de suas estações, muito distante do centro dos trabalhadores, e abundantemente provido de água, como informou o engenheiro chefe em seu relatório de abril de 1896.⁵⁹

A “Hospedaria de Imigrantes” passou a servir de alojamento provisório aos estrangeiros que em Belo Horizonte chegavam. O local da hospedaria foi assim descrito por Abílio Barreto:

⁵⁶ *Ibidem*, p.43.

⁵⁷ LE VEN, 1977. p. 18

⁵⁸ BARRETO, 1995, p. 398.

⁵⁹ BARRETO, 1995, p. 398.

(...) construiu-se aí um grande edifício de madeira, sobre pilares de tijolos e cobertura de zinco, com as necessárias condições higiênicas e acomodações separadas para solteiros e famílias, podendo acomodar perfeitamente cerca de 200 pessoas. Era de 45 m de comprimento o barracão, com dois corpos avançados, medindo 3m x 9m e 4,10m de altura no pé direito, dispoendo dos seguintes compartimentos: uma sala de entrada e trabalho com 9m x 8m; 16 quartos para famílias com 3 x 3m cada um; espaçoso dormitório para solteiros com 18m x 9m, além dos cômodos necessários a administração, rouparia e pequena enfermaria para o tratamento de moléstias ligeiras. O corpo principal comunicava-se por um alpendre com o salão de jantar, tendo este 18m x 8m. Este salão comunicava-se com outro, destinado à cozinha e copa, tendo pelo lado e fora, junto ao fogão, uma cadeira para desinfecção de roupas. Em compartimentos separados, despejando sobre o ribeirão do Arrudas, fizeram-se *Closets* para ambos os sexos, e duas banheiras igualmente separadas. Possuía a hospedaria os móveis e demais utilidades necessárias ao seu fim, sendo pintada a piche, óleo e caiação, e dispoendo a administração de telefone para o arraial⁶⁰.

Quando da inauguração da Capital, em dezembro de 1897, achavam-se instaladas em Belo Horizonte vinte famílias de estrangeiros, se dividindo entre italianos (71), espanhóis (19), austríacos (10), alemães (04) e franceses (02) perfazendo um total de 106 indivíduos.⁶¹

Os objetivos da política de imigração em Belo Horizonte, além da considerável demanda por mão de obra qualificada, se pautaram também pela utilização do estrangeiro na produção agrícola da cidade. Próximo a Fazenda do Barreiro, criou-se um setor rural, um centro de pequena lavoura. Nele, encontravam-se famílias estrangeiras que cultivam milho, feijão, batata, mandioca, café, cana e hortaliças⁶².

Era visível a grande contingência de italianos na nova cidade capital. Talvez possamos explicar que tal fato se deu porque neste mesmo período (final do século XIX) processava-se a unificação política da Itália, que devido às diversas rebeliões e lutas, acabou por levar diversos italianos a procurarem refúgio em outras terras. Igualmente, o governo italiano, naquele momento, também incentiva a imigração, o que ajudaria a explicar a maior presença destes em terras brasileiras, em termos quantitativos.

No período de seis anos, entre 1906 a 1912 o crescimento populacional da Capital foi intenso, como mostra o quadro a seguir:

⁶⁰ *Ibidem*, p. 399.

⁶¹ PRATES, Carlos. Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais pelo Inspetor de terras e colonização em 1897 – Cidade de Minas, 1898, p.104 *apud* LEN VEN. 1977, p. 79.

⁶² MONTEIRO, 1973, p.73.

Tabela 2: Estrangeiros em Belo Horizonte – 1912

Nacionalidade	Número	%
Italianos	2.963	67,67
Portugueses	525	12,00
Espanhóis	334	7,63
Turcos	208	4,75
Alemães	118	2,69
Holandeses	93	2,12
Franceses	59	1,34
Austríacos	27	0,61
Belgas	17	0,38
Ingleses	15	0,34
Norte americanos	11	0,25
Suíços	4	0,09
Dinamarqueses	3	0,06
Sírios	3	0,06
Africanos	1	0,02
Total	4.381	100,0

Fonte: Recenseamento do ano de 1912. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27/07/1912.

Com a “cidade em formação”, no início do século XX, houve campos de trabalho propícios para o estabelecimento dos recém-chegados. Nas áreas em expansão, como o comércio, a indústria e a prestação de serviços, não faltaram oportunidades.

De acordo com Eliana de Freitas Dutra em 1920 a capital de Minas Gerais era a segunda cidade do Estado em termos de população estrangeira, possuindo um total de 4.824, sendo que 2.713 eram homens e 2.111 mulheres, perdendo apenas para Juiz de Fora que tinha uma população de imigrantes de 6.062 sendo 3.528 homens e 2.534 mulheres. Quanto ao grau de instrução 69,6% da população de nacionalidade estrangeira era composta por indivíduos alfabetizados. Esses imigrantes, em sua maioria, operários qualificados, estavam inseridos em trabalhos da construção civil da cidade de Belo Horizonte (32,8% dos estrangeiros empregados no setor secundário se encontravam neste ramo), portanto se concentrando em atividades de tipo urbano⁶³.

Desta forma, podemos aludir que a maioria dos imigrantes estava concentrada na faixa da população economicamente ativa de Belo Horizonte, e que estando em construção, demandava vários tipos de profissionais. O “fazer a América”, no imaginário dos estrangeiros, se concretizava na nascente Belo Horizonte,

⁶³ DUTRA, 1988. p.56.

intensificando, assim, o fluxo migratório para esta localidade.

Quanto à possível influência dos imigrantes na formação ideológica das classes operárias belorizontinas, vale destacar que não era por serem imigrantes (e em sua maioria italianos), que haveria de se atribuir a um único ideário, neste caso o anarquismo, ao movimento operário da Primeira República. Uma vez em terras outras que não suas, o imigrante tentava buscar inserção na sociedade em que passara a viver. Os traços culturais neste caso são dinâmicos e mutáveis. Os novos moradores passaram a inventar novas formas de sociabilidade, promovendo trocas e agregando experiências e valores, até então inexistentes entre a população local.

No novo espaço eles trabalharam, constituíram família e negócios; (re)inventaram formas de sociabilidade, aproximaram suas experiências a valores culturais novos, resultando na constituição novos sujeitos. Assim, é importante destacar que a formação das classes operárias foi múltipla, diversa, havendo troca de experiência e diversidades de expressões tanto entre trabalhadores imigrantes como também brasileiros, sobretudo de trabalhadores negros.

3.3. A Estrutura econômica de Belo Horizonte.

A tese que se apresenta em boa parte da literatura sobre Belo Horizonte é que ela foi construída, inicialmente com a função de abrigar um grande contingente do funcionalismo público; de ser local da concentração do setor administrativo-burocrático estatal, para posteriormente se tornar uma cidade industrial.

O Estado, desde a inauguração da nova capital, procurou transformar a cidade em pólo econômico e industrial, e não somente em espaço para abrigar o centro administrativo. O prefeito Bernardo Pinto Monteiro, em 1902, chamava a atenção dos membros do Conselho Deliberativo da capital para “ponderarem sobre a necessidade de se implantar aqui as indústrias, e de preferência aquelas que encontrem matéria-prima na região”⁶⁴

É evidente que, em meados de 1910, Belo Horizonte não tinha uma tradição industrial e agro-exportadora como São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo Salvador, mas

⁶⁴ MONTERIO, Bernardo Pinto, Relatório apresentado ao Conselho deliberativo da Capital em setembro de 1902. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1903, p.3 *apud* FARIA E GROSSI, 1982, p.176.

já estabelecia conexões econômicas com as áreas relativamente afastadas, de modo que os fluxos das mercadorias puderam concentrar e dispersar a partir de um centro único, ou pelo menos de maior importância.⁶⁵

Na agricultura o destaque era para a produção de café, milho, arroz, mandioca, batata, vinho e verduras em geral. As unidades de produção se localizavam nos subúrbios de Belo Horizonte, conhecidos como núcleos agrícolas, que abasteciam a cidade.

Tabela 3: Ocupação por setor – 1912

ATIVIDADES	Nº DE EMPREGADOS	%
Agricultores	1.444	92,33
Hortigranjeiros	65	4,16
Agências ⁶⁶	54	3,45
Chacareiros	1	0,06
TOTAL	1.564	100,00

Fonte: Recenseamento do ano de 1912. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27/07/1912.

No ano de 1912, o parque industrial já se apresentava significativa com capital, tecnologia moderna, com importação de máquinas, consumo de energia elétrica, mercado e número de empregados que revelavam certa organização do trabalho.

Maria Auxiliadora Faria e Yonne de Souza Grossi identificaram as empresas industriais / fabris (relacionadas a seguir) que se beneficiavam dos incentivos da Prefeitura⁶⁷, conforme declarou o Prefeito:

Com os auxílios indiretos e facilidades que a Prefeitura dentro da órbita de suas próprias atribuições lhes tem proporcionado e com as concessões e favores que, autorizadas por leis do Conselho tem feito às fábricas e indústrias grande intensidade tem tomado a vida industrial do município como tudo vereis do seguinte quadro:

⁶⁵ SINGER, 1974, p.199.

⁶⁶ O significado de “agências”, no século XIX, era o que arregimentava mão de obra escrava ou assalariada para a lavoura ou daquele que trabalhava pelo sistema de “diarista” ou “biscateiros”; daí sua inclusão no setor primário. PLAMBEL, 1979, p. 31.

⁶⁷ FARIA; GROSSI, p.176.

Tabela 4: Relação das indústrias e fábricas de Belo Horizonte beneficiadas pelos incentivos municipais – 1912

RAMO DE ATIVIDADES	RAZÃO SOCIAL	LOCALIZAÇÃO	Nº DE EMPREGADOS	TOTAL
1. Têxtil	- Cia Industrial Belo Horizonte	- Praça da Estação	500	618
	- Cia. Minas Brasil	- Colônia Carlos Prates	100	
	- Tavares e Cia	- Rua do Chumbo	18	
2. Madeira	- Empresa Prado Lopes	- Praça da Estação	400	1.055
	- Garcia de Paiva e Pinto	- Praça da Estação	450	
	- Jayme Salse	- Rua da Bahia	150	
	- Silvério Cruz e Cia. - Hilário da Cruz e Silva	- Av. Tocantins - Rua Carijós	45 10	
3. Metalurgia	- Victor Purri	- Rua da Bahia	26	111
	- Ascendino e Cia.	- Pça. Rio Branco	60	
	- Arthur Viana	- Av. do Comércio	25	
4. Metais não Metálicos	- Carlos Antoni	- Av. do Contorno	26	47
	- Lunardi e Machado	- Rua Curitiba	21	
5. Alimentícia	- Paulo Simoni	- Av. Deodoro	45	92
	- Fornaciari % Filhos	- Av. Oiapoque	25	
	- H. Thiene	- Rua Rio de Janeiro	10	
	- Américo Mendonça Scott	- Rua Guaicurus	12	
6. Couro e Peles	- Domingos Gatti	- Colônia Carlos Prates	30	30
7. Mobiliários	- Ignácio Costa	- Rua Espírito Santo	26	71
	- A. Piancastelli e Zauli	- Rua Carijós	35	
	- Casadio Stefani e Perrot	- Rua Tupinambás	10	
8. Material de Transporte	- Domingos Mucelli	- Av. São Francisco	20	20
9. Gráfica	- Beltrão e Cia	- Rua Espírito Santo	21	21
TOTAL				2.065

Fonte: relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito Olinto dos Reis Meirelles em Setembro de 1912. FARIA E GROSSI, 1982, p. 177

Em Belo Horizonte, existiram ainda muitas outras fábricas e oficinas diversas que não receberam incentivos municipais e que totalizavam 93 estabelecimentos fabris⁶⁸. Havia duas fábricas de tecido (Cia. Industrial Belo Horizonte e Cia Minas Brasil) que comercializavam seus produtos com as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto várias outras abasteciam o interior do Estado, demonstrando a importância e a consolidação do setor industrial belorizontino no limiar da década de 1910.

A classificação quanto ao tamanho dos estabelecimentos, se adotarmos a

⁶⁸ Existiam 28 de indústrias alimentícias; 36 de vestuário; 11 de minerais não metálicos; 7 de madeira e 11 não categorizada. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14/07/1914. *apud*. FARIA E GROSSI, 1982, p. 178.

classificação proposta por Sérgio Silva, varia de acordo com o número de operários contratados. As indústrias com 100 ou mais funcionários podem ser classificadas como médias ou grandes⁶⁹;

Depois de Juiz de Fora, Belo Horizonte era o centro industrial mais diversificado de Minas Gerais, já que regiões como Sul e Zona da Mata se especializaram pouco na produção de artigos manufaturados importando quase tudo que o mercado local necessitava. Na verdade, estas regiões dispunham de produtos voltados para o mercado externo, como o café, sendo este o responsável por uma economia de exportação ativa.

A diversidade da nascente industrialização de Belo Horizonte é descrita por Paul Singer com sendo de suma importância para o pólo industrial de Minas Gerais, pois:

A importância de Belo Horizonte no panorama industrial de Minas, no começo do século XX, é antes de mais nada sinal do seu isolamento e da maior potência do seu mercado local dentre os inúmeros mercados locais pelos quais se espraia a indústria mineira⁷⁰.

Em termos de localização, as indústrias estavam situadas no perímetro urbano da cidade de Belo Horizonte, sendo 18 (dezoito) na zona urbana, 03 (três) em colônias e (02) duas na zona suburbana. As indústrias que empregavam maior número de operários eram as do ramo da fabricação de madeira, setor vinculado a indústria de construção civil.

Entre os trabalhadores destacaram-se os carpinteiros (17,42%), operários em geral (52,16%) e pedreiros (12,41%), que concentraram cerca de 82% de todo o pessoal ocupado no setor. Percebemos, assim, o dinamismo da construção civil, fato ligado ao acelerado crescimento da época.⁷¹

Quanto ao setor terciário, existia, além dos estabelecimentos de comércios, um grande número de serviços em geral, conforme pode ser visto na TABELA 5.

⁶⁹ SILVA, 1981. p. 83.

⁷⁰ SINGER, 1974, p. 226.

⁷¹ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27/07/1912

Tabela 5: Distribuição de empregos – 1912

EMPREGOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS	%
Serviços Domésticos	1.829	29,64
Transporte e Comércio	1.533	24,84
Funcionários Públicos	849	13,75
Segurança	761	12,33
Serviços Pessoais	705	11,43
Serviços Assistenciais	300	4,86
Serviços de Reparação	87	1,41
Profissionais Diversos	86	1,39
Finanças	22	0,35
TOTAL	6.172	100,00

Fonte: Recenseamento do ano de 1912. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27/07/1912.

Ao analisar os dados percebemos a existência de uma forte produção industrial convivendo com o setor terciário.

Tabela 6: População ocupada em Belo Horizonte segundo os setores de atividades em 1912

SETOR	TOTAL	%
Primário	1.564	12,09
Secundário	5.205	40,22
Terciário	6.172	47,69
TOTAL	12.941	100,00

Fonte: Recenseamento do ano de 1912. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27/07/1912.

Isto demonstra o papel modernizador da capital do Estado, que não se contentava em ser (ou não podia ser) apenas uma cidade predominantemente administrativa, de funcionários públicos, já sendo, em 1912, um pólo econômico e industrial. É claro que a nascente Belo Horizonte não poderia ser considerada o centro da economia mineira, mas era uma cidade com real desenvolvimento industrial e não só a capital da burocracia estatal⁷².

Segundo Faria e Grossi⁷³, a transformação da capital em pólo econômico não se deu apenas pela ação livre das forças do mercado, mas pela intervenção consciente do Estado. No decreto 1.516 de 2 de maio de 1902, percebemos o

⁷² LE VEN, 1977, p.57

⁷³ FARIA; GROSSI, 1982, p. 176.

favorecimento e a política de benefícios do governo mineiro à industrialização, a partir do momento em que a protegia, diminuindo a tributação ou cedendo terreno com infraestrutura, já que a lei autorizava o então Prefeito Bernardo Pinto Monteiro a doar tanto na Zona urbana quanto na suburbana lotes e força motriz para estabelecimentos industriais, desde que tivessem capital superior a 20 contos de réis.⁷⁴

Porém, é importante analisar que, mesmo a intervenção do poder estatal sendo de suma importância para o desenvolvimento econômico da capital, o poder público não foi totalmente capaz de dotá-la de infra-estrutura que suprisse a necessidade dos empresários industriais. Estes últimos sempre defenderam maior autonomia econômica, através da abertura da economia mineira ao capital privado, sendo que para os empresários:

...a iniciativa particular deve[ria] vir ao encontro da Administração para vantagens recíprocas, colimar as lacunas existentes entre as necessidades e os meios insuficientes. É do ferro que há de vir para Belo Horizonte seu maior progresso... A continuação dessa assistência por parte do Estado foi por nós referida somente como um argumento para mostrar a necessidade quanto antes de atrair capitais e as indústrias para aqui, cujos recursos virão substituir a ação sempre imperfeita do Estado... Não há dinheiro que não se queira empregar em atividade de lucro imediato.⁷⁵

Tal fato não ocorreu de imediato em Belo Horizonte, pois a classe empresarial ainda não estava suficientemente forte para fazer valer seus interesses. A opção, por investimentos privados, somente se concretizou no final da década de 1910.

Os grupos industriais visavam medidas protecionistas para o mercado interno, contra a invasão de produtos estrangeiros. Este movimento tinha em vista não apenas a proteção à indústria, mas de toda a produção nacional, com a adesão de empresários de todo país notadamente os representantes dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que defendiam os interesses industriais e também agropecuários⁷⁶.

Os anos de 1915 a 1918 marcam o declínio do ritmo de crescimento de Belo Horizonte que sofreria com a interferência da conjuntura internacional (Primeira Guerra Mundial). Em âmbito nacional, neste período o investimento na indústria diminuiu. Entre os anos de 1915-1916 as importações de maquinaria industrial foram reduzidas,

⁷⁴ LE VEN, *op.cit.*, p.66

⁷⁵ *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 25/01/1911. *apud*. FARIA E GROSSI, 1982, p. 179.

⁷⁶ PLAMBEL., 1979, p.40.

além das dificuldades em se importar matérias-primas e outros insumos, levando assim, a redução no ritmo de crescimento da produção industrial nestes anos⁷⁷.

Na capital mineira isto refletiu na política econômica de incentivos, adotada pela prefeitura e pelo governo estadual. O êxodo urbano e o decréscimo nas construções alarmaram os responsáveis pela tributação municipal, que diminuiu. Mas isto não significou a restrição definitiva do auxílio prestado pela prefeitura às indústrias, sendo que em 1919, este auxílio representava 22,81% da arrecadação do poder público municipal⁷⁸.

A partir da repartição de responsabilidades entre Estado e poder privado, o quadro começaria a mudar; os investimentos (então reduzidos) voltariam a entrar na pauta do poder administrativo da cidade. Percebe-se, em meados de 1919, certo otimismo por parte do prefeito Afonso Vaz de Mello:

(...) folgo em poder informar que a Capital após o longo período de cinco anos de apatia foi se reconstruindo e reassumindo a atividade dos anos de 1912 a 1913 época de sua maior prosperidade. Traduz bem a verdade desta afirmação o fato de não mais se verificar casa desocupada em Belo Horizonte, quando em 1917 chegou a contar o elevado número de 600. Construíram-se muito mais casas que em 1918. Para isto muito contribuíram o regresso de elevado número de operários emigrados desta Capital pela falta de serviços e o sensível aumento na freqüência dos estabelecimentos de ensino desta Capital⁷⁹.

Em 1920, Belo Horizonte retomou o ritmo de crescimento e a população voltou a crescer. Neste período a cidade passou a contar com 55.563 habitantes (4,6% ao ano a partir de 1912), dos quais cerca de 35% estavam empregados. O setor terciário era o maior absorvedor de mão de obra (56,54%), seguido do secundário (30,43%) e primário (13,03%). Estes dados mostram a retomada do crescimento econômico da capital, sendo que em 1920 têm-se ainda 69 unidades fabris, 2.223 empregos industriais e 5.942 empregos em indústria de transformação e de matéria prima⁸⁰.

E, também em 1920, Belo Horizonte pôde se considerar não mais dependente de capital apenas estatal. A indústria adquiriu certa expressão. O número de

⁷⁷ SUZIGAN, 1986. p.84-85.

⁷⁸ PLAMBEL, 1979, p.119.

⁷⁹ VAZ DE MELLO, Afonso. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital* em setembro de 1918. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918, p.5 *apud* PLAMBEL, 1979, p. 124

⁸⁰ FARIA; GROSSI, 1982, p. 181.

peças trabalhando no setor mais do que dobrou entre 1912 e 1920⁸¹. O aumento populacional tão rápido (460% em oito anos) mesmo passando por um período de crise, mostra o quanto Belo Horizonte estava se industrializando com intensidade e, em comparação com os outros municípios, podemos confirmar tal afirmação:

Tabela 7: Crescimento da indústria em Belo Horizonte - 1920

Municípios	Valor da Produção (1.000 contos)	Pessoal ocupado
Juiz de Fora	33	4.953
Cons. Lafaiete	19	1.650
Belo Horizonte	18	2.223
Nova Lima	16	3.395
Santos Dumont	13	520
Ouro Preto	8	384
Oliveira	7	320
S.J. Nepomuceno	5	872
Itajubá	5	599
Ponte Nova	5	508

Fonte: SINGER, 1974, p.236.

Em âmbito nacional, neste mesmo período, a indústria passou a ocupar um lugar especial na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados consumidos no mercado interno era de produção nacional⁸². E este foi um grande fator de equilíbrio das contas externas, já que, passou a se importar menos. Foi nesta conjuntura que repousou em grande parte a indústria, pois esta se tornou um elemento indispensável ao bom funcionamento da economia brasileira.

Ainda entre os anos de 1915 a 1920, no setor terciário destacaram-se os ramos de administração pública (30%), serviços domésticos (19,6%), comércio (18,7%) e profissionais liberais (11,4%). Conclui-se que nesta época, Belo Horizonte também conheceu um forte aumento do setor terciário, apesar dos serviços domésticos terem estagnado⁸³. Houve um surto no setor educacional, nos serviços gerais e nos serviços burocráticos.

⁸¹ SINGER, 1974, p.234-236

⁸² PRADO JR., 1994, p. 262.

⁸³ PLAMBEL, 1979, p.131.

Tabela 08: População ocupada em Belo Horizonte segundo o setor de atividades - 1920

Setor	Pessoal ocupado	%
Primário	2.543	13,03
Secundário	5.942	30,43
Terciário	11.041	56,54
Total	19.526	100,00

Fonte: FARIA E GROSSI, 1982, p. 181

Podemos finalizar dizendo que a contribuição dos trabalhadores nacionais e estrangeiros foi imprescindível na estruturação da vida econômica e social de Belo Horizonte, que não pôde ser caracterizada apenas como uma cidade administrativa, mas também como um lugar de mercado e um local de indústrias. Industrialização esta que representou transformações nos processos de trabalho e nas relações de produção capitalistas. O capital passou a ter papel fundamental enquanto força de coerção e de disciplina frente aos trabalhadores, definindo, assim, o processo de divisão social do trabalho e a exploração de uma classe pela outra.

Desse modo, compreender como se constituiu a cidade de Belo Horizonte, retratando a formação urbana, social e econômica da capital se fez necessário para entendermos onde estavam inseridos os trabalhadores belorizontinos e sua distribuição tanto nas várias atividades econômicas como também no espaço social em construção.

Neste sentido, poderemos identificar, através das condições sócio-econômicas da cidade em formação, os elementos que propiciaram a estruturação e constituição dos proletários, enquanto classe(s), neste espaço, sendo registrado nos capítulos seguintes.

4. AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E BENEFICENTES: MUTUALISMO E PRÁTICAS POLÍTICAS SINDICAIS.

A formação das classes trabalhadoras na capital mineira data, desde o início da fundação da cidade (como especificado no capítulo anterior), quando se fez necessário a contratação de operários para trabalhar nas diversas áreas da construção civil e nas atividades comerciais e industriais de Belo Horizonte.

Os trabalhadores passaram a se reunir e organizar-se politicamente no intuito de conquistar principalmente condições mais dignas de trabalho. Esta formação teve características diversas, mas com interesses comuns de luta e reivindicações, onde procuravam criar centros para defesa de seus interesses.

Nesta pesquisa optamos por trabalhar com o conceito de classe, abordado na obra de Edward Palmer Thompson, que afirma ser a classe um “fenômeno histórico”, cuja relação esta presente em pessoas e contextos sócio-históricos reais, sendo expressa a partir de uma identidade coletiva e comum, que vê nos outros grupos sociais sua classe oponente⁸⁴. E com o conceito de classe também proposto por Hobsbawm, que afirma ser a mesma uma organização formal, portadora de ideologias, hábitos e práticas comuns. Neste caso, as classes (em sua acepção plena) somente viriam a existir no momento histórico que as mesmas comesçassem a adquirir consciência de si própria como tal⁸⁵.

Em Belo Horizonte, as primeiras associações classistas que se têm registros possuíam características de sociedades mutuais, cujos objetivos eram a arrecadação mensal financeira a fim de custear auxílios para os sócios em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral, etc. Nas sociedades de socorro mútuos os trabalhadores encontrariam o meio para exercer a “solidariedade” entre seus membros⁸⁶, ou mesmo, poderiam ajudar os trabalhadores a adquirir a capacidade de organização, “civilizando” as classes operárias⁸⁷.

Além da ajuda mútua entre os seus sócios, as sociedades de socorro mútuos

⁸⁴ THOMPSON, 1989, p. 10. vol. 01

⁸⁵ HOBBSAWM, 1987, p.34-46.

⁸⁶ BATALHA, 2000. p.15

⁸⁷ *Idem*, 2010, p. 21.

também poderiam cumprir funções sindicais, ao reivindicar melhores condições de trabalho incluindo salários dignos. Portanto poderiam conviver em um mesmo contexto sociedades ditas sindicalistas e mutualistas, sendo “fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre elas.”⁸⁸

No que se refere à cidade de Belo Horizonte, iremos trabalhar neste capítulo com algumas associações, que apresentavam em sua formação e estruturação, características mutuais, mas que em muitos casos também empreendiam ações reivindicatórias com o fim de alcançar ou mesmo obter algum direito trabalhista. As associações primeiramente analisadas se diferenciam das demais, citadas no capítulo posterior, por apresentarem características próprias de auxílio e luta entre seus membros. A *Associação Beneficente Tipográfica*, a *Associação Beneficente dos Alfaiates*, a *Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais*, o *Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte* e o *Centro Operário de Belo Horizonte*, fazem parte deste contexto inicial.

Uma das mais importantes associações classistas surgidas na cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, foi a Associação Beneficente Tipográfica (A.B.T.), fundada no ano de 1900. A entidade era formada exclusivamente por tipógrafos e empregados da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e tinha como principal característica o mútuo socorro, ou seja, zelava pela ajuda mútua, instrução, recreação e educação moral de seus sócios e não tinha partido político, religioso e filosófico específico. O início da história da A.B.T se deu através de um apelo, feito em forma de crônica, em um dos grandes jornais que circulavam na capital neste período, o *Jornal do Povo*. Os operários que trabalhavam nas oficinas tipográficas de Belo Horizonte, no início dos anos de 1900, eram em sua maioria (neste período não passavam de 100 homens) paupérrimos, mal remunerados e mal instalados, em pequenas casas situadas na zona suburbana da cidade. Quando alguns deles adoeciam ou chegavam ao óbito, era com a ajuda de colegas (quando havia este tipo de auxílio) que conseguiam pagar as despesas com o tratamento médico ou o funeral.⁸⁹

Azevedo Júnior, cronista do *Jornal do Povo* (na época, a folha fazia parte

⁸⁸ BATALHA, 2010, p. 16-17.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 16-17.

dos três grandes jornais que circulavam na cidade, junto com o *Minas Gerais* – órgão do governo – e o *Diário de Minas*) em um de seus textos, relatou a precária situação dos trabalhadores, na coluna intitulada *Bohemios*⁹⁰. O noticiário procurou mostrar em gráficos a situação de precariedade da classe. A partir da reportagem, alguns líderes, se movimentaram e em abril de 1900, tendo à frente personagens como Alcides Baptista Ferreira, José Alves Pereira, Antônio Augusto das Dores, Francisco Coelho Neto, Francisco Alves Pereira, Francisco Tertuliano, Pedro Alonso Verçosa, Eugenio Velasco e João Ferreira de Andrade⁹¹, resolveram fundar a Associação Beneficente Tipográfica.

Em maio do mesmo ano, com a devida autorização do chefe de polícia da época, os tipógrafos conseguiram aprovar o estatuto da associação, que tinha como principais fins:

1º auxiliar pecuniariamente ao sócio que se enfermar gravemente e ficar impossibilitado de trabalhar; 2º concorrer com auxílios para o enterro de qualquer sócio efetivo que falecer; 3º trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, pela solidariedade entre seus membros e também pelos seus interesses.⁹²

É importante destacar que desde meados do século XIX, todo grupo de indivíduos que desejasse fundar uma associação para defender seus interesses era obrigado a pedir autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendesse instalar sua sede. O chefe de polícia, delegado ou subdelegado, responsáveis pela questão, tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Somente depois de autorizado os estatutos das associações, é que as entidades poderiam ser criadas. Quando aprovado, o documento era impresso em uma tipografia, no formato de um livreto. Algumas entidades também pagavam para que o estatuto fosse publicado nos principais jornais da cidade, como forma de obter a adesão de novos sócios.⁹³ No caso de Belo Horizonte, os estatutos eram publicados no jornal *Minas Gerais*.

De acordo com o estatuto da Associação Beneficente Tipográfica, era

⁹⁰ MhAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Livro Gráfico Mineiro: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) - Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

⁹¹ Encontraremos alguns destes homens em outras associações fundadas na Capital, como o Centro Operário, a Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais e a Liga Operária Mineira (esta de 1906).

⁹² *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

⁹³ JESUS, 2009, p. 93.

oferecido aos seus membros pensão mensal ao sócio enfermo, e auxílio funeral, além de empréstimos, em dinheiro, ao associado que tivesse algum membro familiar doente.⁹⁴ O objetivo principal da A.B.T., assim como a maioria das mutuais do país, era oferecer aos seus sócios proteção, no que tange aos mecanismos que hoje conhecemos como previdência pública, já que no período em questão havia uma ausência deste tipo de auxílio.

Dentre os presidentes da associação podemos citar os nomes, de José Alves Pereira, Alcides Baptista Ferreira, Abílio Barreto, Pedro Alonso Verçosa, Joaquim Alves Pereira, entre outros. Profissionalmente, iniciaram suas carreiras como gráficos, posteriormente se especializaram em outros ramos, como jornalistas, advogados ou mesmo administradores. Ser diretor de uma associação de socorro mútuo, neste período, era um sinal de prestígio social; e à medida que se especializava profissionalmente, o contato dos líderes classistas com o poder público se tornava mais próximo. Possivelmente edificando canais institucionais, garantindo, muitas vezes, a obtenção de benesses por parte do Estado.

A A.B.T, foi uma entidade que constituiu-se em torno de uma categoria profissional que possuía certo nível de coesão e de interesses materiais próprios. Tinha como característica principal o mutualismo, mas atuava, também, por vezes, como uma sociedade que admitia práticas políticas sindicais. Procurava agregar e compartilhar identidades e interesses, reforçando “laços de solidariedade”⁹⁵ entre seus membros, além de construir espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes e acima de tudo, buscava construir uma identidade coletiva baseada na valorização do ofício.

Em Fevereiro de 1909 outra entidade associativa com características mutualista foi fundada na capital mineira: a Associação Beneficente dos Alfaiates (A.B.A.). Esta entidade era administrada por um conselho composto de 05 (cinco) membros e por um Conselho Deliberativo formado de 10 (dez) conselheiros e tinha como principais fins:

1º Auxiliar pecuniariamente aos sócios que se enfermarem e ficarem impossibilitados de trabalhar; 2º concorrer com auxílios para o enterro do sócio falecido; 3º trabalhar pelos interesses da classe, procurando o seu

⁹⁴ *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

⁹⁵ JESUS; VISCARDI. In: JORGE; REIS FILHO, 2007.p.24.

reerguimento e nivelamento social.⁹⁶

Ainda de acordo com o estatuto, a A.B.A, admitia como sócios os indivíduos maiores de 14 anos e que exercessem a profissão de alfaiate; sendo que um dos principais deveres dos membros era o de pagar regularmente a mensalidade de 2\$000 (dois mil réis) além da *jóia inicial* de 8\$000 (oito mil réis) que poderia ser paga em uma ou duas prestações. Dentro das características de uma sociedade mutualista, a A.B.A. também oferecia como beneficência a todo sócio (em pleno gozo de suas garantias) uma pensão por invalidez ao associado enfermo e um auxílio funeral à família do sócio falecido⁹⁷.

O estatuto também definia que a associação seria formada por um conjunto de artistas classificados como artesões, especificamente os do ramo da alfaiataria. Em se tratando da cidade capital, encontraremos os números apresentados no recenseamento do ano de 1912, que apontam existir em Belo Horizonte 27 (vinte e sete) oficinas, sendo classificados 179 (centro e setenta e nove) profissionais da área, sendo que em cada oficina trabalhava em torno de 06 (seis) alfaiates⁹⁸.

A qualidade do trabalho dos alfaiates, representava um alto grau de especialização que caracteriza o universo profissional destes trabalhadores. Os critérios morais e sociais, aliados a subsistência, a auto-estima, o orgulho e os diferentes graus de habilidade, destacavam esta categoria profissional das demais, seja em nível de instrução intelectual ou mesmo em relação à remuneração⁹⁹.

Partindo deste pressuposto, Cláudio Batalha afirma que os alfaiates “estavam em condições de trabalho e de vida melhores”, tinham, portanto, uma maior capacidade de barganha e ganhos mais elevados. Geralmente faziam parte de ofícios com tradições de participar de associações mutuais (assim como os tipógrafos) neste caso, estavam melhores amparados.¹⁰⁰

A alfaiataria *A Capital*, uma das mais antigas instaladas na cidade de Belo Horizonte (com anúncios desde 1901), seria um bom exemplo a destacar para este caso.

⁹⁶ *Estatutos da Associação Beneficente dos Alfaiates*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.

⁹⁷ *Estatutos da Associação Beneficente dos Alfaiates*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.

⁹⁸ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 27/07/1912.

⁹⁹ THOMPSON, 1989, p. 74. vol.II

¹⁰⁰ BATALHA, 2000. p.11-12

Sua propaganda anunciava “fazer uma seção de roupas ao estilo Louvre, de Paris”, o que consistia na confecção de ternos com tecidos de Casemira e Brim, além de o estabelecimento também oferecer panos, chapéus e sapatos finos e se considerava a “melhor alfaiataria e a mais barateira” da cidade.¹⁰¹

Encontraremos ainda, no estatuto da associação, especificamente no art.48, símbolos e ritos adotados pela entidade. O artigo traz explícito como se identificaria a sociedade, afirmando que “a Associação teria um estandarte com as cores verde e azul e com as iniciais A.B.A. sobre um triângulo com três elos entrelaçados, no centro.”¹⁰².

Fazendo um paralelo com as práticas simbólicas adotadas durante a Revolução Francesa, Lynn Hunt, nos traz uma ideia da importância e do poder de tais artefatos. Segundo Hunt, os símbolos não expressariam simplesmente posições políticas, mas também meios pelos quais as pessoas se apercebiam em seus arranjos.¹⁰³

Os símbolos e ritos nos ajudariam, portanto, a pensar as classes trabalhadoras de Belo Horizonte (neste caso especificamente os trabalhadores do ramo da alfaiataria) como portadora de ideologias, hábitos e práticas comuns, podendo adquirir assim uma consciência de si própria enquanto tal.

Cláudio Batalha também faz uma análise da importância dos símbolos dentro da cultura de classe. Entre os símbolos criados um dos mais importantes seria o estandarte ou a bandeira. Estes tinham como característica o poder de significar a associação dando à entidade a certeza de solidez, estabilidade e a existência de uma história e uma tradição, justamente confirmada pelos emblemas. No caso das associações operárias, as alegorias costumavam ser representadas por um ramo de atividade ou mesmo por instrumentos de trabalhos, como as ferramentas; podendo ainda ser símbolos com desenhos simples ou apenas com o nome da associação¹⁰⁴.

Em se tratando de Belo Horizonte, foi na A.B.A. a primeira vez que apareceu no estatuto de uma associação classista a menção pela criação de tal insígnia. Como dito, o símbolo era um triângulo e trazia explícito o nome da associação no formato de suas iniciais, diferenciando a entidade dos demais centros, marcando, desta

¹⁰¹ *O Operário*, Belo Horizonte: 04/02/1904..

¹⁰² *Estatutos da Associação Benfícete dos Alfaiates*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.

¹⁰³ HUNT, 2007. p.77-78.

¹⁰⁴ BATALHA. In: SILVA; FORTES, 2004. p. 100-101.

forma, seus próprios fins.

Além dos símbolos, a identidade de uma associação também poderia ser reafirmada por práticas de comemorações, ou celebrações. No estatuto da A.B.A., dentro das disposições gerais e transitórias do documento, especificamente no art.42, as celebrações ganharam destaque. O artigo afirma que: “a associação festejará oficialmente a data de sua fundação no dia 1º de maio, sempre que as condições financeiras o permitam”¹⁰⁵. É bom ressaltar que o calendário celebrativo das associações operárias ainda abrangia – além do 1º de maio e da data de sua fundação – o 18 de março (aniversário da Comuna de Paris) e o 14 de julho (a queda da Bastilha – início da Revolução Francesa)¹⁰⁶.

De um modo geral, as celebrações costumavam ser realizadas nas sedes das associações ou em salões alugados, tendo geralmente um orador convidado ou mesmo o presidente da associação para falar sobre a data ou algum assunto ligado à reunião. As conferências poderiam ser acompanhadas de apresentações musicais ou mesmo de peças teatrais.

A mais importante de todas as datas era o 1º de maio, dia que ficou internacionalmente conhecido como a luta pela jornada de trabalho de oito horas diárias. No Brasil, o 1º de maio não se transformou de imediato numa celebração sistemática do movimento operário, sendo que somente veio adquirir um caráter anual regular nos primeiros anos do século XX (na Europa esta data já era comemorada desde o fim do século XIX, precisamente a partir do ano de 1890)¹⁰⁷.

Na cidade capital, o primeiro ano em que se realizou a festa do 1º de maio foi em 1904. De acordo com o jornal *O Operário* o evento serviria:

(...) para unir, ainda mais, a classe operária que tanto precisava de união e solidariedade para conseguir o próprio bem estar e consequentemente o progresso e o engrandecimento de toda a sociedade¹⁰⁸.

A notícia tinha como intuito convocar todos os trabalhadores de Belo Horizonte a participar deste dia comemorativo, não deixando a data apenas como mais um feriado, mas fazendo dele um dia de protestos e reivindicações, ou seja, dando à data

¹⁰⁵ *Estatutos da Associação Beneficente dos Alfaiates*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.

¹⁰⁶ BATALHA. In: SILVA; FORTES, 2004. p. 103.

¹⁰⁷ BATALHA. In: BATALHA; SILVA; FORTES. 2004, p.65-67.

¹⁰⁸ *O Operário*, Belo Horizonte: 24/04/1904.

real importância e função. Em 1909 a A.B.A. aumentou o número das associações belorizontinas que comemoravam o 1º de maio e, logo da sua criação, passou a estipular a dia como data comemorativa do calendário da entidade.

Ainda dentro do contexto da primeira década do século XX, outra associação que também foi criada com o intuito de constituir-se em espaço de agregar interesses comuns, lutar pelos direitos dos trabalhadores da classe e protegê-los através de ações mutuas, foi a Associação dos Empregados no Comércio do Estado de Minas Gerais, fundada em Fevereiro de 1901 e com sede na capital.

Como principais fins, a Associação dos Empregados no Comércio tinha:

1º prestar a seus associados auxílios pecuniários, socorros médicos e farmacêuticos; providenciar quanto aos funerais e sufrágios de pensões as famílias dos sócios falecidos. 2º procurar ocupação para os associados, quando desempregados. 3º proteger pelos meios ao seu alcance os associados quando presos ou processados. 4º adquirir uma biblioteca, manter e promover seu desenvolvimento. 5º discutir e representar aos poderes do Estado sobre questões de interesse comercial e finalmente constituir-se, pelo estudo de materiais comerciais e outras, pelo auxílio mútuo, moral e pecuniário – defensora e ativa cooperadora da moralidade da classe¹⁰⁹.

A A.E.C.M.G. teve como sócio fundador o primeiro “guarda livros” da capital de que se possui registro: Antônio Baptista Júnior. Ele era funcionário do comércio conhecido como *Benjamim Carvalho e Cia*. Além dele, fazia parte do rol dos sócios fundadores, mais de 75 empregados no comércio sendo que vale destacar o funcionário João Ladeira de Senra, que de balconista da *Pharmacia Neves*, se tornou farmacêutico do mesmo estabelecimento e posteriormente (na década de 1930) se tornou professor titular da Escola de Farmácia da UFMG¹¹⁰.

A associação também se definia como uma entidade composta e organizada por um “ilimitado número de indivíduos, sem distinção de nacionalidade, residentes na capital [mineira] e que desempenhassem as seguintes funções: negociantes, caixeiros, guarda livros [atual contador] e ajudantes, corretores, leiloeiros, etc.”¹¹¹ O mesmo princípio baseado no “número ilimitado de sócios”, pode ser encontrado em outras associações espalhadas pelo país, e procurava orientar os diversos centros, podendo ser

¹⁰⁹ *Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1901.

¹¹⁰ MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], *Associações: 1898-1946*. Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

¹¹¹ *Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1901.

considerado como fator que possibilitaria ampliar os horizontes organizacionais para além de corporações de ofícios e grêmios fechados¹¹².

A maioria dos sócios era do sexo masculino e tinha idade média entre 12 e 45 anos. A renda relativa à mensalidade girava em torno de 2\$000 (dois mil réis) sendo que todo sócio era obrigado a pagar pela “jóia inicial” de 10\$000 (dez mil réis). No ano de 1913 a Associação contava com 260 sócios divididos entre contribuintes, fundadores, remidos, correspondentes, beneméritos, benfeitores e honorários¹¹³.

No mesmo ano, em janeiro de 1913, surgia na capital um novo centro classista formado por um grupo de motoristas que apresentaram aos seus companheiros da categoria a idéia de criar uma entidade que defendesse os seus interesses. Os *chauffeurs* – como assim eram conhecidos - resolveram se reunir no dia 09 daquele mês no “intuito de estimular em todos os membros da classe uma maior solidariedade e harmonia de ação em benefício coletivo”, fundando assim um centro associativo.

A reunião foi noticiada no jornal *Minas Gerais*, cujo encontro se deu no então *parque do cinema*. Durante o encontro foi eleita a primeira diretoria do centro, que se chamaria *Sociedade dos chauffeurs*, não chegando a completar um ano de existência.

Em 1922 a idéia de unir os motoristas, novamente, em um centro, reapareceu. Os motivos que levaram a fundação se deram principalmente “pela falta de amparo” para com a classe. De acordo com o relato de Realino Antônio da Silva, um dos sócios fundadores do centro, os *chauffeurs* da capital sofriam de “tamanhas injustiças”:

A indisposição dos ânimos contra o *chauffeurs* era uma coisa inexplicável. Bastava que um de nós tirasse um “fininho” em qualquer transeunte, uma esbarradinha, e logo se formava um bolo de gente que só faltava matar o *chauffeurs*. É verdade, que alguns acidentes e atropelamento contribuíram, bastante, para essa orgeriza ao *chauffeurs*. Outra razão foi o rigor do Decreto nº 5030, de 09 de julho de 1918.¹¹⁴

O decreto exigia que os condutores de veículos não estacionassem em lugares que não fossem determinados pelo chefe de polícia, não dormissem dentro do

¹¹² JESUS, 2009, p.111.

¹¹³ *Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1901.

¹¹⁴ Revista comemorativa do 50º aniversário do Centro dos *Chauffeurs*, Belo Horizonte: 02/01/1972

veículo, quando em descanso, não podiam conversar com outros companheiros nos pontos de estacionamentos, não “corressem” exageradamente nas vias públicas, sendo que não podiam ultrapassar a velocidade superior a dez quilômetros por hora na zona urbana e trinta na área suburbana da cidade; além de terem que se apresentar “decentemente” trajados, o que diz respeito ao uso de “colarinho e gravata”. Tais exigências também se estendiam aos auxiliares no serviço de condução de veículos e aos cocheiros, sendo que para os cocheiros era necessário ainda o uso de paletó e chapéu.¹¹⁵

As multas também eram alvo de constantes reclamações por parte dos motoristas. Generoso Pacheco um dos fundadores da *Sociedade dos chauffeurs*, em 1913 e do Centro de 1922, era quase um recordista no recebimento das mesmas. No mesmo dia em que tentaram fundar a sociedade de 1913 (09 de janeiro) Generoso recebeu uma correspondência na qual o alertava de que havia sido multado no valor de 40\$000 (quarenta mil réis) por infringir alguns regulamentos impostos pelo governo da época. A maioria dos *chauffeurs* não tinha recursos para contratar advogados para recorrer das multas. Assim, tinham que pagar o imposto, mesmo sem ter condições financeiras suficiente para tal¹¹⁶.

Além do problema com as multas, a ideia de fundar um centro operário também se tornaria interessante para a classe dos *chauffeurs*, pois a associação (assim como as outras entidades do período) conseguiria “promover o bem estar e o conforto de seus associados, auxiliando-os quando enfermos e impossibilitados de trabalhar”.

Assim em 02 de janeiro de 1922 “todos estariam avisados”:

chauffeurs de praça, da polícia, do palácio [do governo] das repartições públicas, particulares, todos à postos, esperavam naquela segunda feira a hora da sessão na qual seria fundado o Centro dos Chauffeurs¹¹⁷

A reunião se deu no salão da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. O advogado Pedro Martins de Lima – que já vinha advogando em favor da classe – foi o primeiro presidente eleito do Centro dos *Chauffeurs* de Belo Horizonte (C.C.B.H). Esta associação também era composta por “um número indeterminado de sócios, sem distinção de nacionalidade, cor ou crença, e sua duração, igualmente, seria por tempo

¹¹⁵ Revista comemorativa do 50º aniversário do Centro dos *Chauffeurs*, Belo Horizonte: 02/01/1972

¹¹⁶ *Ibidem*

¹¹⁷ *Ibidem*.

indeterminado”¹¹⁸.

O estatuto definitivo foi votado uma semana após a reunião realizada no salão da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, em assembléia organizada no dia 09 de janeiro de 1922. O documento tinha como principais fins:

1º promover por todos os meios ao seu alcance o bem estar e conforto de seus associados, auxiliando-os quando enfermos e impossibilitados de trabalhar. 2º prestar fianças e defender por intermédio de advogado, quando seus associados quites e no gozo das regalias sociais, a fim de lhes garantir a liberdade individual, quando preso nesta Capital, isto é, por delitos de imprudência, negligência, imperícia ou quando em defesa de sua vida ou propriedade, (veículo em que trabalhar) no exercício da profissão de chauffeurs. 3º contribuir para o funeral do associado e luto de sua família quando o mesmo faleça em gozo de seus direitos sociais. 4º socorrer seus associados quando enfermos, auxiliando também aos mesmos quando por esse motivo tenham de retirar-se desta Capital. 5º fazer-se representar nos enterros dos seus associados por comissões para tal fim nomeadas pela diretoria¹¹⁹.

Através dos principais pontos do estatuto, percebemos as características mutuais presentes na entidade. O C.C.B.H. apresentava como prática de suas ações a prestação de serviços aos seus associados, principalmente no que se refere ao auxílio funeral ou mesmo pensões por invalidez e enfermidades, além de zelar pelos interesses dos seus sócios.

Ainda sobre os encontros, inicialmente, as reuniões do C.C.B.H. eram realizadas num quarto alugado, situado a Rua Pernambuco nº 255. A partir da diretoria de Juventino Dias Teixeira ainda em 1922, o Centro passou a reunir-se no edifício da Associação Comercial de Minas Gerais, na época, sito a Av. Afonso Pena nº 372.

A primeira sede própria se deu no ano de 1924 durante a diretoria de João Abramo; a casa era situada a Rua Espírito Santo nº 132. No ano anterior a prefeitura de Belo Horizonte doou ao Centro um terreno situado à Rua Tamoios. A doação foi feita através do artigo 1º da lei nº 260 do ano de 1923.

Em 1935, o prefeito Otacílio Negrão de Lima, tendo em vista a situação alagadiça do terreno, resolveu permutá-lo por outro, na Rua do Acre, esquina com Rua Paulo Frontin, onde se construiu a sede atual, sendo esta inaugurada em 25 de julho de 1937.

Quanto aos sócios, seu quadro sempre foi amplo; iniciou-se com 118

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ Revista comemorativa do 50º aniversário do Centro dos *Chauffeurs*, Belo Horizonte: 02/01/1972.

membros e em 1926 existiam, na secretaria do centro, 266 (duzentos e sessenta e seis) propostas de candidatos a sócio, aceitas pela diretoria e aprovadas pela comissão de sindicância¹²⁰.

Atualmente o CCBH continua a ser uma entidade beneficente, composta por um número ilimitado de sócios, porém, não mais específica à classe dos *chauffeurs*. O quadro social se elevou para 1.500 (mil e quinhentos) sócios inscritos, incluindo motoristas, familiares destes e pessoas que em geral queiram pagar a mensalidade que varia entre R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para usufruir de seus benefícios. No ano de 2005 o estatuto do centro foi reformado, sendo que os auxílios se tornaram restritos apenas para os benefícios de assistência médica e odontológica.

Uma análise que podemos empreender até o momento, destaca algumas características comuns das associações descritas. Percebermos que os mecanismos de proteção social reforçavam os traços comuns do mutualismo. A ideia de proteção, em situações de enfermidades e moléstias que impossibilitassem os sócios de trabalhar, além do custeio de funerais, remédios e de ajuda nos casos em que os associados estivessem presos, fazia parte do cotidiano das associações¹²¹.

Encontraremos também nestas entidades mais do que uma dimensão mutualista/previdenciária. Para além dos interesses materiais da organização, havia valores culturais que moldavam a formação de identidades sociais¹²², e formas de organização dos trabalhadores cujos aspectos transcendem o mutualismo e que estão presentes nas ações sociais e políticas das associações¹²³.

Os membros destas entidades procuravam se associar nos centros com características mutuais, a fim de fugir das mazelas que a velhice poderia vir a proporcionar e da pobreza, buscando nas associações proteções assistenciais, até então inexistentes. Mas também, procuravam se reunir no intuito de zelar por salários e condições de trabalho dignos e empreender ações para alcançar suas reivindicações.

Em diversos momentos a *Associação Beneficente Tipográfica*, a *Associação*

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ JESUS; LACERDA. 2010, p.133

¹²² *Ibidem*.

¹²³ BATALHA, 2010, p. 13.

Beneficente dos Alfaiates, a *Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais* e o *Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte*, desempenharam atividades sindicais e políticas, além das funções de auxílio mútuo, como citado.

No que tange as representações e práticas direcionadas ao governo do Estado, a Associação Beneficente Tipográfica, quando requeria subvenções, quase sempre as conseguia. Entre os pedidos solicitados e concedidos por parte do poder público estava um terreno para a construção de sua sede (20/10/1909, lei do congresso nº 39 art. 2º letra L; e 26/01/1910 doação efetiva dos lotes nº 15,17 e 18 do quarteirão 17 da 4ª secção urbana) e isenção do pagamento do imposto predial e taxas de água, lixo, esgoto e luz elétrica, referente às repartições públicas (30/09/1911 lei do conselho nº 53 art. 8º parágrafo único).¹²⁴

A Associação Beneficente dos Alfaiates também mantinha meios de comunicações satisfatórios com o governo do Estado. No ano de 1910 foi encaminhada ao prefeito da capital (na época representado por Benjamim Brandão), uma ata na qual a entidade pedia pela restituição do imposto pago, naquele ano, a prefeitura, no valor de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). De acordo com o documento, a A.B.A. exemplificou alguns atos de concessões do governo à outras associações beneficentes (a A.B.T. foi uma das citadas na petição), se julgando com igual prestígio e qualidade para também poder adquirir restituições. A concessão foi garantida e a exemplo de outras associações a A.B.A. constantemente requeria subvenções do Estado, principalmente no que se refere a isenções de impostos, e quase sempre obtendo resultados satisfatórios¹²⁵.

Quanto a Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais a entidade, mesmo se sustentando com recursos privados, também requeria subvenções do Estado, principalmente almejando isenções de impostos. E de acordo com Eliana Dutra a Associação sempre contou com a participação de políticos em suas iniciativas, sendo que a maioria das reivindicações e pedidos era encaminhada ao Palácio da Liberdade pela mediação de homens do poder público, quando não, através do noticiário de imprensa¹²⁶.

¹²⁴ MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Associações: 1898-1946. Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

¹²⁵ APCBH [Arquivo público da Cidade de Belo Horizonte], Documento de restituição encaminhado ao Prefeito da cidade de Belo Horizonte: Benjamim Brandão. 11/07/1910.

¹²⁶ DUTRA, 1988, p.120.

Um dos objetivos da Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais era o de adquirir um imóvel próprio para o funcionamento da entidade. O intuito era o de angariar a quantia de 50:000\$000 para tal fim¹²⁷. No ano de 1909 (29 de outubro) a prefeitura autorizou (Lei do Congresso nº 39 art. 2 Letra L - mesma lei que concede um lote gratuito a A.B.T) a cessão gratuita de um terreno, para a construção da sede.

O importante a ser destacado é que as associações descritas também atuaram exercendo atividades sindicais e políticas ao participar de protestos e lutas em prol de melhorias nas condições de trabalho.

A Associação Beneficente Tipográfica esteve presente em diversos eventos que marcaram a história das organizações operárias da capital mineira, como a reunião das associações de classe, promovida pela União dos Empregados do Comércio em dezembro de 1927, onde foi proposta a criação de uma Confederação das Associações de Classes. A.B.T. participou ainda da festa de inauguração da sede da Confederação dos Operários em janeiro de 1911. E durante a greve, em maio de 1912, tomou parte ativamente das discussões em busca de chegar a um acordo que satisfizesse os interesses dos operários, mesmo que sendo contra as agitações e manifestações de ruas, que marcaram a greve deste período.

A Associação dos Empregados no Comércio também participou de congressos operários, comemorava o 1º de maio (assim como a Associação Beneficente dos Alfaiates) e se organizava para reivindicar direitos, como o noticiado no jornal Estado de Minas de 17/11/1911: “Anteontem, à noite, um grupo numeroso de empregados no comércio organizou uma manifestação pública em favor da medida de fechamento das portas às 18 horas da noite”¹²⁸.

Quanto ao Centro dos *chauffeurs* no que se refere aos movimentos reivindicatórios ou de protesto, de acordo com Eliane Dutra em 1927 os *chauffeurs* entraram em greve, em protesto pela prisão do motorista Lazarini, que reclamou por uma multa recebida. O movimento teve duração de dois dias e foi o último levante

¹²⁷ *Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1901.

¹²⁸ *Estado de Minas*, Belo Horizonte: 17/11/1911.

grevista que ocorreu na capital mineira no final da década de 1920¹²⁹.

Um destaque, no que se refere ao hibridismo existente em algumas sociedades mutualistas na primeira metade do século XX, que mesclavam funções mutualistas e práticas sindicalistas, ao reivindicar melhores salários e condições de trabalho mais dignas, pode ser dado a atuação do Centro Operário de Belo Horizonte.

Fundado em 1903, por Pedro Guimarães, Pedro Verçosa, Olívio Ferreira, Savini Giuseppe, Benjamim Moreira, Olímpio Neto Caldeira e Donato Donati, tinha o objetivo de defender as classes trabalhadoras, instruí-las e criar uma caixa de socorro mútuo, do qual podiam gozar os sócios do Centro que pagassem uma quantia mensal de \$500 (quinhentos réis) e uma taxa de inscrição de 5\$000 (cinco mil réis), além das contribuições que já estavam sujeitos para com a associação.¹³⁰

O Centro, mesmo se identificando como uma associação de resistência, ao desenvolver ações de caráter sindical, também mantinha práticas assistenciais, atuando como uma sociedade mutualista. Os principais fins, do Centro Operário giravam em torno da:

- a) (...) criação de um consultório legal para defender os sócios que forem vítimas de abusos e injustiças, seja por parte de autoridades ou particulares;
- b) promoção da instrução e cultura geral dos sócios e do proletariado em geral por meio de escolas, bibliotecas, conferências, etc.;
- c) trabalho pela união e organização do proletariado em geral, a fim de conseguir melhoramentos e reformas tendentes a emancipar as classes trabalhadoras da servidão econômica e política em que jazem;
- d) trabalho pela união e organização de cooperativas de consumo e de produção e angariar o proletariado local em todos os casos em que for útil e conveniente.¹³¹

O Centro tinha como porta voz o jornal *O Operário*, que era redigido por Olympio Neto Caldeira. De acordo com Joaquim Nabuco Linhares, o periódico teria sido um dos jornais mais regulares em sua editoração, se comparado aos demais jornais de cunho operário. As edições eram quinzenais, publicadas aos domingos. O jornal também tinha oficina própria, sendo impresso na tipografia denominada Beltrão e Cia¹³².

Em se tratando da imprensa operária, durante toda a primeira República, era comum que para cada liga, associação, sindicatos ou uniões trabalhistas fosse fundando

¹²⁹ DUTRA, 1988. p.123.

¹³⁰ *Estatutos do Centro Operário de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1905.

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² LINHARES, 1995, p.91.

um jornal, tendo por objetivo expor os problemas da classe e reivindicar por melhores condições de trabalho. Apesar das publicações não serem produzidas especificamente por operários, as folhas visavam a este público.¹³³

No primeiro número do jornal *O Operário* (15 de novembro de 1903) foi publicado quais eram os objetivos do Centro, ou seja, o de juntamente com as

(...) classes proletárias que aspiram no regime social da ordem e justiça, do direito e da lei (...) o de prestar serviços ao proletariado resolvendo em bases seguras o problema social [e propondo] melhorias para os trabalhadores em geral¹³⁴.

Para tanto, o segundo número apresentou um artigo reclamando, a forma de pagamento salarial dos trabalhadores belorizontinos, que era feita por meio de *vales*. Os *vales* funcionavam como uma espécie de tickets, que o operário trocava em algum comércio, com o intuito de abastecer sua residência de produtos alimentícios em geral. De acordo com os editores, os *vales* estavam “desvalorizados perante o comércio local”, além de muitos comerciantes, quando aceitavam trocá-los, o fazia mediante desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor dos vales, o que ocasionava perda, aos proletários, de quase metade de seus ordenados¹³⁵.

Segundo Olympio Neto, os trabalhadores depositavam na justiça e nas autoridades políticas, principalmente na pessoa de Francisco Salles, então prefeito da capital, a esperança de por fim à forma de pagamento salarial, por meio dos *vales*:

Eles [os operários] esperam que o governo, composto de homens probos e justiceiros, saberá dar uma providência qualquer em prol dos operários que tanto precisam de proteção dos homens políticos (...).Sim, S.exc. [prefeito Francisco Salles] se compadecerá diante um homem que labuta o dia inteiro, de 6 às 5, debaixo de uma soalheira terrível, para ganhar o minguado salário que pagará o alimento de seus filhinhos, e que por fim, ao recebê-lo, ainda tem que perder quase metade. Sim. Eles esperam tudo isso da bondade e da justiça de S.exc, a quem proverbialmente chamam bom e justiceiro¹³⁶.

No que se refere à cidade construída para se tornar a capital mineira e que procurava ser o modelo de disciplina e ordem, como almejavam os construtores e políticos da época, é importante destacar a preocupação das elites governantes em manter a “ordem” e impedir manifestações ditas “arruaceiras” dos diversos grupos

¹³³ FERREIRA, 1988, p.05

¹³⁴ *O Operário*, Belo Horizonte, 15/03/1903

¹³⁵ *Ibidem*. 30/11/1903

¹³⁶ *Ibidem*. 30/11/1903

urbanos, incluindo os trabalhadores.

Neste ponto, o Centro Operário (e a demais associações analisadas nesta pesquisa) soube usar os seus interesses e articulá-los, ao contexto vivido na época, para tentar conseguir seus direitos, perante o poder público. O apelo feito ao prefeito Francisco Salles, através do jornal, concretizaria este ideal, e também viria de encontro a um dos pontos levantados por Cláudio Batalha¹³⁷, o de que o reformismo operário da primeira República buscou apoio em representantes do poder público para tentar consolidar os direitos trabalhistas.

O jornal *O Operário* também foi enfático ao relatar a importância da união dos trabalhadores em centros ou associações classistas, da necessidade de organização dos trabalhadores, para assim tentarem conquistar e consolidar os seus interesses¹³⁸. O Centro Operário também acreditava ser de suma importância ter lideranças entre os trabalhadores, além de instrução e divulgação de conhecimentos entre os operários, a fim de desenvolver a consciência de luta nas classes trabalhadoras. Acreditavam que somente através de discussões, palestras, conferências e assembléias os trabalhadores poderiam sair da “inércia em que viviam” e “evoluiram para o próprio bem social”, fato perceptível na publicação de 27 de março de 1904:

Esta nova associação, cujo programa encerra tudo quanto é preciso para promover a elevação das classes trabalhadoras, inaugurou (...) a série de conferências que pretende realizar de vez em quando, o mais freqüentemente possível para instrução do povo (...). [Pois], não compreendem [os trabalhadores] que a miséria que sofrem, as humilhações que suportam, o desprezo real que são tratados têm sua origem exclusiva na própria ignorância e desunião (...). [Através das conferências e reuniões] pouco a pouco, os trabalhadores irão compreendendo a verdade; o progresso das ideias lhes trarão infalivelmente solidariedade dos humildes e o despertar da consciência dos poderosos (...).¹³⁹

Assim, O Centro organizou a primeira conferência para os trabalhadores, realizada na capital, no dia 20 de março de 1904, no salão da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo. A reunião foi proferida pelo italiano Donato Donati¹⁴⁰. O encontro não contou com muitos operários, mas de acordo com os jornais o *Operário* e o *Minas Gerais*, a reunião teve grande repercussão na imprensa de forma geral e elogios ao

¹³⁷ BATALHA, 1990, p.120

¹³⁸ *O Operário*, Belo Horizonte: 07/12/1903; 17/01/1904; 14/02/1904.

¹³⁹ *O Operário*, Belo Horizonte: 27/03/1904.

¹⁴⁰ Sobre Donato Donati, ver próximo capítulo.

discurso de Donati.¹⁴¹

Em 03 de agosto de 1904, com o periódico da associação no número 34, a publicação da folha, na cidade de Belo Horizonte, foi suspensa. O jornal reapareceu em 06 de outubro de 1905 na cidade de Curvelo/MG. Isto porque o redator, Olympio Caldeira Neto, adoeceu e por “conselhos médico” precisava se mudar para outra cidade, como relatado na folha de 03 de agosto de 1904:

Por motivos de moléstia da pessoa do diretor desta folha que, a conselho médico, vê-se obrigado a transferir, embora temporariamente, sua residência desta cidade, será suspensa do presente número em diante a publicação deste modesto periódico, que procurou sempre desempenhar dignamente os fins a que foi destinado¹⁴².

Olympio Neto faleceu em 03 de fevereiro de 1905. Ao que tudo indica, o Centro Operário passou a ser administrado por Alcides Batista, um dos sócios fundadores da Associação Beneficente Tipográfica, até o ano de 1906.

No mais, importante a ser ressaltado é que os líderes da A.B.T, A.B.A, A.E.C.M.G, C.C.M.G e do Centro Operário, dirigiam-se ao poder público da capital com o intuito de concretizarem alguns objetivos, especialmente no que se refere à proteção, no consentimento a isenções de impostos, doação de um local para construção de uma sede própria, além da possível inserção social e política ligado ao Estado. O governo, a medida do possível, subvencionou, o quanto pode as associações, à medida que as auxiliou com algumas concessões e procurou manter relações amistosas e de reciprocidade com estas entidades, no objetivo de manter a ordem e a harmonia tão preconizada para a cidade capital.

Desta forma, as associações analisadas, conseguiram, na medida do possível, representar e defender os interesses profissionais dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que também se constituíam em espaço de formação e construção de identidades, sobretudo através da ajuda mútua entre seus membros. Portanto, o universo mutualista conseguiria propiciar a junção entre a função mobilizadora, política e sindical e o exercício de proteção social com a estruturação dos elos de solidariedades¹⁴³.

Ao mesmo tempo, outras associações classistas também surgiram em Belo

¹⁴¹ *O Operário*, Belo Horizonte: 27/03/1904.

¹⁴² *O Operário*, Belo Horizonte: 03/08/1904.

¹⁴³ JESUS; LACERDA, 2010, p.140

Horizonte, tendo por meta conquistar e defender os interesses dos trabalhadores em geral, ao tentar fundar sindicatos e constituir partidos políticos, a fim de também conseguirem melhores condições de labuta para o trabalhador belorizontino. Sobre estas atuações é o que pretendemos analisar no capítulo seguinte.

5. REFORMISMO E LUTA: A PARTICIPAÇÃO POLITICA DOS TRABALHADORES DE BELO HORIZONTE NO ESPAÇO URBANO EM FORMAÇÃO.

O advento da República no Brasil foi marcado por experiências históricas que inauguraram uma fase de instabilidades, e conseqüentemente, um período que, tentou buscar definições tanto nos campos sociais e econômicos como também no setor político.

De acordo com Ângela de Castro Gomes se no período monárquico o poder político estava definido na pessoa do Imperador, na República este não estava “ocupado”, estando sim, “disponível para ser construído pela sociedade”. Nos primeiros anos da República existia a possibilidade de uma nova constituição dos “atores políticos” e uma redefinição dos instrumentos formais de participação. Era como se o “poder” estivesse aberto às novas ideias e às novas propostas de organização¹⁴⁴.

A ação política também era vista como o principal meio de luta, tendo como instrumento o partido operário, que mais que um meio de pressão para tentar obter vitórias nas reivindicações trabalhistas, era também um elemento de conquista gradual para se chegar ao poder político.

O operário devia ser político mesmo reconhecendo que a República não fora geradora do progresso e da igualdade que ele esperava. Por isso era necessário ter representantes no Parlamento, os quais, mesmo em minoria, trariam maior respeito e atenção para os reclamos operários¹⁴⁵.

Segundo os operários, se eles se organizassem em torno de um partido, a ação nas urnas deveria ser mais benéfica do que tentar utopicamente mudar, através da força, as instituições então estabelecidas.

O contexto europeu de fins do século XIX também visava à criação de partidos políticos e a busca pela conquista dos direitos pela via eleitoral, isto dentro de um processo gradual¹⁴⁶.

Estas ideias foram ainda características do aumento no número de votos dos partidos operários e socialistas europeus, que eram vistos como um prenúncio da instauração do socialismo.

¹⁴⁴ GOMES, 2005. p.35.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 68.

¹⁴⁶ BATALHA, In: MORAES, 1995. p.14

Na Alemanha, o partido socialista já era, em 1890, o maior partido com 19,7% dos votos e em 1912 atingiu o dobro relativo ao segundo maior partido, 34,8%. Na Finlândia, em 1907, quando da primeira eleição com sufrágio universal, os social-democratas conseguiram a maioria relativa, com 37% dos votos. Assim também ocorreu na Bélgica, na religiosa Holanda, na Dinamarca, na Suécia e na Noruega¹⁴⁷.

Para os trabalhadores do início do século XX, as reformas sociais desejadas poderiam vir através das leis e estas só se fariam com a existência de mais representantes das classes trabalhadoras no parlamento.

As diversas organizações operárias tinham esperanças que a nova ordem política que se instaurava, traria a igualdade de direitos e deveres, propondo possivelmente a conquista dos direitos sociais, onde a mudança poderia acontecer por meio da participação no processo político eleitoral.

A implantação do novo regime político propunha trazer a população geral do país às atividades políticas. O ano de 1889, de acordo com os propagandistas republicanos da época, caracterizou-se pelo fim do Império, o fim de um regime monárquico em que o Poder Moderador não mais fazia parte da divisão dos poderes políticos nacionais, marcando a ascensão da soberania nacional baseada na vontade popular¹⁴⁸.

Assim, a ideia de fundar um partido operário, com o objetivo de eleger representantes da classe, para tentar fazer valer os direitos trabalhistas, fazia todo sentido, pois o momento político em que se vivia era propício para que as classes operárias almejassem conquistar melhores condições de trabalho e também pudessem estabelecer sua pretensão junto a futuros governos.

De acordo com Ângela de Castro Gomes, a organização e mobilização dos trabalhadores, para a formação de um partido operário, precisaria, portanto ser pensada dentro do contexto da época. A República que as organizações trabalhistas tinham em mente era o de uma ordem política, social e democrática, cujo modelo era o mesmo representado pela experiência francesa, o de igualdade e fraternidade; sendo que a inserção do povo nesta nova ordem poderia se dar na forma econômica (um novo regime de trabalho para o progresso do país) e política (uma nova forma de representação).

¹⁴⁷ ALMEIDA, 2003, p.190.

¹⁴⁸ GOMES, 2005, p. 35-37

A escolha do instrumento partidário estava ligada a crença na sua pertinência e oportunidade imediatas e também na sua adequação em termos de uma estratégia de luta a mais longo prazo. Os operários queriam ser vistos como parte integrante daquela sociedade que se rearranjava, sendo seu partido tão legítimo e patriótico como qualquer outro¹⁴⁹.

Em se tratando de Belo Horizonte, seguindo os ideais reformistas que buscavam “consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais”, e adotando práticas que caracterizavam os programas dos partidos políticos da então República instaurada, abordaremos as entidades classistas, surgidas na cidade capital mineira no início do século XX, sendo elas: a *Liga Operária* (1900), a *Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais* (1905), o *Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais* (1907), a *Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais* (1909) e a *Confederação Católica do Trabalho* (1919), que procuravam, entre outras coisas, defender os interesses dos trabalhadores através da ampliação dos direitos políticos.

As associações tinham como características comuns à união dos operários em centros, associações ou entidades, com o objetivo de defender e conquistar os direitos e interesses dos trabalhadores. Pregavam ainda o desenvolvimento da instrução e cultura geral dos proletários, por meio de palestras e conferências. Para tanto, fundaram jornais, de cunho operário, no intuito de expor os problemas dos trabalhadores e como meio de reivindicar por melhores condições de trabalho.

Analisaremos, enquanto formação e constituição das entidades, alguns pontos, destacados por Cláudio Batalha, que os utiliza para afirmar os ideais reformistas presentes no movimento operário da Primeira República, sendo eles: 1. A greve como último recurso; 2. A tentativa de consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais; 3. O apelo a serviços intermediários na defesa dos interesses de classe (advogados políticos, representantes dos poderes públicos); 4. A defesa de sindicatos fortes e ricos – “recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos”; e 5. A tentativa de conquistar espaços de participação institucional, lançando candidatos próprios em eleições parlamentares ou apoiando candidatos comprometidos em defender os interesses dos trabalhadores¹⁵⁰.

Estes itens, além de nos ajudarem a entender a formação das classes

¹⁴⁹ GOMES, 2005, 47-48.

¹⁵⁰ BATALHA, 1990, p.120.

operárias na capital mineira, também serão basilares para afirmar o caráter legalista e reformista do movimento trabalhista de Belo Horizonte.

5.1 A luta, através de medidas legais, por melhores condições de trabalho: a possível criação de sindicatos fortes e de partidos operários.

Em 15 de julho de 1900, durante uma reunião composta de 700 operários, presidida pelo italiano Donato Donati e sediada no teatro Soucassaux¹⁵¹, foi fundada a primeira associação classista da capital mineira, com ideias de luta e reivindicações por melhores condições de trabalho para os proletários residentes em Belo Horizonte: a Liga Operária.

Na sessão, além da ideia de criação da entidade, foi também proposto organizar os trabalhadores a fim de motivá-los a defender, através de ações legalistas, os direitos e interesses dos operários. As propostas se resumiam em:

(...) formular, apresentando a quem de direito, um projeto de lei que obrigue os construtores e empreiteiros de obras a apresentarem fiança suficiente para cobrir e indenizar os compromissos por eles assumidos, sob o penhor de procurador idôneo; reclamar continuamente, até conseguir de vez, a extinção de VALES¹⁵², regularizando-se os pagamentos dos trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou pelo menos, por mês; defender os direitos e interesses da classe trabalhadora e lutar energeticamente pela adoção das leis favoráveis aos operários, a exemplo das nações mais cultas, e pelo fiel cumprimento das que já existem prevenindo e protegendo o trabalhador; da publicidade aos justos reclamos dos trabalhadores e servir de mediador, quando possível entre os mesmos e os patrões (...).¹⁵³

Durante a reunião também ficou deliberado à criação e publicação quinzenal do periódico denominado *O Operário*, sendo a folha considerada o órgão oficial da Liga Operária.

Como especificado no capítulo anterior, a imprensa operária, atuante nas primeiras décadas do século XX, fazia parte do cotidiano das associações, ligas, sindicatos ou uniões trabalhistas que fossem fundadas. Os jornais tinham por meta expor os problemas das classes operárias e publicar as reivindicações trabalhistas por melhores condições de labuta. Mesmo não sendo produzidas especificamente por

¹⁵¹ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 16/07/1900.

¹⁵² Como dito no capítulo anterior, os vales funcionavam como uma espécie de tickets, que o operário trocava em algum comércio, com o intuito de abastecer sua residência de produtos alimentícios em geral

¹⁵³ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 16/07/1900.

operários, as folhas visavam a este público.

Os periódicos estavam quase sempre ligados a alguma organização trabalhista e procuravam informar, conscientizar e mobilizar o seu leitor que de alguma forma tinha interesses comuns e participava da mesma associação.

Em Belo Horizonte, durante a reunião que lançou as bases para a criação da *Liga Operária*, seria o primeiro momento que se exporia a ideia de criar e publicar quinzenalmente um jornal de cunho operário. A hipótese levantada, para este fato, se resume no fundador da Liga: Donato Donati. Donati foi um jornalista italiano nascido na cidade de Florença (Toscana) no ano de 1866, imigrando para o Brasil em 1890. Primeiramente se estabeleceu na cidade de São Paulo, onde fundou o jornal anarquista *Avanti!*. Em Belo Horizonte, Donato Donati também propôs, ao fundar a Liga Operária, criar uma folha que fosse a porta voz oficial da associação.

O jornal começou a circular no mês de Julho (29/07/1900), e era dirigido e redigido por Donato Donati e pelos advogados Francisco Diogo de Vasconcelos e Marcelo Rios. O primeiro número trouxe explícito o projeto de estatutos da Liga que tinha como principais fins:

(...) a) unir e organizar os elementos e as energias do operariado; b) manter um jornal de propaganda, ou conseguir publicidade para suas idéias, em algum jornal existente; c) fundar, quanto for possível, uma biblioteca própria para operários e respondente aos fins da Liga Operária; d) organizar conferencias sobre argumentos econômicos e sociais; e) **defender, por todos os meios legais os direitos e interesses das classes operárias;** f) **propor as autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avantajarem os trabalhadores;** g) **tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos aderentes aos fins da Liga Operária.**¹⁵⁴

Através destes pontos podemos perceber como a Liga Operária buscou estruturar-se, baseando, acima de tudo, em noções reformistas e buscando melhores condições de trabalho através das medidas legais, ao procurar tomar partido em eleições e sustentar candidatos que fossem solícitos com as classes trabalhadoras. O principal intuito da Liga era conseguir a regularidade dos pagamentos salariais. Na cidade capital era comum o atraso do pagamento e quando este “ficava na ordem do dia” era feito em forma de vales.

Os líderes da Liga Operária, principalmente Donato Donati, não

¹⁵⁴ *O Operário*, Belo Horizonte, 29/07/1900. (grifo nosso).

concordavam com o pagamento em forma de vales. Segundo a associação para que os salários fossem regularizados e pagos em moeda corrente, era necessário que os trabalhadores buscassem na justiça esta regularidade e para tal a mesma deveria ser eficaz e, sobretudo, gratuita.

A Liga Operária, por meio da sua comissão executiva, tem estudado naturalmente a questão da vida operária e tem chegado a convicção absoluta de que o remédio mais eficaz consiste numa lei que faculte aos operários os meios de obter justiça pronta e gratuita. (...)Todas as nações cultas têm hoje uma legislação que garante justiça aos operários, e o Estado de Minas, que certamente faz parte dos povos cultos, não pode ficar atrás¹⁵⁵

Seguindo os ideais reformistas, a Liga Operária encaminhou uma petição ao governo estadual solicitando medidas e soluções para a questão salarial dos trabalhadores belorizontinos. O documento refere-se as formas de pagamento, requerendo principalmente a extinção dos vales, o pagamento salarial regular – pelo menos uma vez ao mês – e a justiça gratuita e eficaz para os operários que se sentissem lesados no que se refere a questão salarial¹⁵⁶.

No ano de 1909, Donato Donati também fundou, na capital mineira, a entidade classista denominada Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais. Com princípios semelhantes ao da Liga Operária a Federação também procurava agir de forma legalista, recorrendo quase sempre ao governo a fim de conquistar melhorias para a vida do operariado belorizontino.

Prova disto esta no documento encaminhado ao poder público estadual especificamente, à Câmara dos Deputados Estaduais, no ano de 1918, sugerindo alguns pontos ditos “essenciais” para que fosse definida uma legislação trabalhista. Entre os tópicos destacaram-se:

(...) 1º Dia de trabalho normal de 8 horas. Descanso semanal de 36 horas consecutivos. Para todos os trabalhadores, operários e empregados, sem exceção, da indústria, da agricultura e do comercio. Liberdade ampla para os patrões de terem abertos os seus estabelecimentos todo o tempo que quiserem com tal que nenhum dos seus dependentes trabalhe mais de 8 horas. 2º Fixação, pelo menos semestral, dos salários mínimos, feita por comissões mista de operários e patrões, de acordo com o custo local da vida e consultadas as condições da indústria. (...) 6º Igualdade de salários, serão igual a produção para os homens e para as mulheres. Proibição do trabalho noturno às mulheres. Proibição do trabalho dos menores de 14 anos, salvo em casos especiais e com o consentimento das comissões mistas já lembradas. 7º Pensões suficientes aos velhos e aos inválidos. Indenização razoável às

¹⁵⁵ *O Operário*, Belo Horizonte, 19/08/1900,

¹⁵⁶ *Ibidem*

vítimas dos infortúnios no trabalho ou em relação com o trabalho. 8º Garantia dos meios de vida e completo tratamento medico e farmacêutico aos operários doentes e às suas famílias, até o pleno restabelecimento. (...).¹⁵⁷

De acordo com a Federação, era necessário tomar providências legislativas que fossem capazes de melhorar consideravelmente as condições do proletariado em geral, pois somente com garantias legais os trabalhadores poderiam ter uma vida tranqüila e serem pacientes e calmos, sabendo aguardar pacificamente pela “evolução da sociedade”

(...) é indispensável adaptar desde já providências legislativas audazes, capazes de melhorar consideravelmente as condições do proletariado e dar-lhe assim a tranqüilidade da existência e a calma suficiente para aguardar, sem bruscas impaciências, a realização de ideais mais altos pela evolução lenta e pacífica da sociedade humana.¹⁵⁸

A princípio, tendo por base as ações empreendidas pela Liga Operária e pela Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, podemos concluir que quando algum órgão público era questionado pelos trabalhadores belorizontinos (ou suas lideranças) era feito na forma de assembléias, petições governamentais ou mesmo por noticiários de imprensa. Deduzimos que as reivindicações se davam de forma legalista, recorrendo, quase sempre, ao Estado em busca de medidas que os beneficiassem.

Outra entidade, fundada na capital, como o intuito de unir os trabalhadores belorizontinos em prol dos ideais de luta e reivindicações em busca de melhores condições de vida e trabalho foi a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. A reunião de fundação ocorreu na casa de um dos sócios, Joaquim Magalhães, em 12 de março de 1905, ao qual compareceram outros dez fundadores. A ideia de criar a entidade partiu do também fundador José Maria Pereira. O objetivo era instituir uma sociedade operária para “socorrer” os trabalhadores. O primeiro presidente da Confederação foi José Modestino Leão¹⁵⁹.

De acordo com Abílio Barreto, a Confederação iniciou suas atividades com um capital de cinco mil contos de réis. O dinheiro foi obtido através de subscrições de 250 ações de vinte mil réis cada. O capital foi utilizado na compra de uma tipografia,

¹⁵⁷ APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d’El Rey: 12/12/1964.

onde era editado o jornal O Labor, o periódico da Confederação. O então governador Wenceslau Braz e o secretário do interior, Delfim Moreira, contribuíram para a construção da sede da Confederação. Ambos autorizaram a construção, por conta do Estado de várias dependências da sede, entre elas, a sede própria (um prédio de três andares) situada à Rua Tupinambás 933, na área urbana da capital¹⁶⁰.

A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais foi uma associação extremamente diversificada em sua motivação, clientela e objetivos. Sua finalidade era agregar todo e qualquer operário. Seus princípios eram a filantropia, a sociabilidade e a instrução, e dentre seus objetivos constava os de cuidar dos enterros dos associados e dispor de fundos financeiros para criar pensões aos órfãos e uma comissão de beneficência.

No que se refere à instrução dos operários, a Confederação Auxiliadora teve um importante papel. A associação foi à primeira entidade classista da capital a criar uma escola primária pública para os trabalhadores e seus filhos, no ano de 1910¹⁶¹. E em 1917 foi à primeira associação a criar uma escola com cursos noturnos exclusivos para operários, como noticiado no jornal *Minas Gerais*:

Fica deste já, aberta a matrícula para os operários adultos e menores que quiserem freqüentar a escola primária pública desta confederação que funcionará no edifício próprio, sito à Rua Tupinambás em frente ao 2º grupo escolar. Os pretendentes deverão procurar o abaixo assinado encarregado do serviço de matrícula que se encerrará no dia 31 do corrente, em sua residência, a praça da estação nº 150.¹⁶²

Os cursos tinham duração de quatro anos; contavam com subsídios do governo para mantê-los regulares. O espaço escolar era destinado exclusivamente à instrução, sendo proibido qualquer tipo de palestra com fins reivindicatórios, ficando as lutas trabalhistas apenas para as assembléias que ocorriam na sede da Confederação¹⁶³.

De acordo com os líderes da entidade o que poderia dar força moral aos trabalhadores seria a instrução, pois através do saber escolar, os filhos de operários não empunhariam a “gazua” e a “dinamite” nas grandes mineradoras. Através do saber escolar os trabalhadores poderiam se “salvar na arca santa das letras”, tendo instrução

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ NOGUEIRA, 2009.

¹⁶² *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 15/10/1910.

¹⁶³ NOGUEIRA, *op.cit*.

suficiente para cobrar “amparo legal do Estado” e garantias de um futuro digno para eles e seus familiares.¹⁶⁴

Segundo E.P. Thompson, se os operários conseguissem obter instrução escolar poderiam ver suas próprias vidas “como parte de uma história geral”. Através do saber escolar, os trabalhadores poderiam formar um quadro político de organização dentro da sociedade em que viviam. Por meio da escolarização os operários conseguiriam amadurecer uma consciência de classe e provavelmente estariam cada vez mais cientes do seu papel em lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho¹⁶⁵.

O jornal que representava a associação era o periódico, *O Labor*, que teve o primeiro número publicado em junho de 1905. A direção da redação era de responsabilidade de José Modestino Leão (um dos sócios fundadores). A folha teve um total de 12 números publicados, o último jornal datando de 31 de março de 1906. Em cada número, a redação dizia-se sujeita a apreciação de qualquer artigo, de qualquer pessoa, sendo das classes operárias ou não, desde que os textos fossem em prol dos trabalhadores¹⁶⁶.

Na edição de 18 de junho de 1906, a Confederação publicou um artigo no qual alegava ser favorável a “tutela”, por parte do Estado, para com os trabalhadores belorizontinos. Considerava que as classes operárias não tinham a possibilidade de se “auto gerirem” sem a presença do Estado para “instruí-las”:

Não há quem não perceba que as constituições, por mais liberais que sejam, não dão remédio ao mal estar, ao descontentamento que reina entre as classes operárias, vexadas pelas amarguras do presente e pelas apreensões do futuro. Mas o que as constituições não podem fazer, realizará ate certo ponto o Estado, cuidando de tornar seguros e respeitados os direitos de todos, distribuindo prodigamente a instrução e favorecendo a atividade dos cidadãos, desconhecidos os privilégios que corrompem e estragam o organismo social. (...)¹⁶⁷

O jornal também foi enfático, em várias folhas¹⁶⁸, ao relatar a necessidade de união dos operários, a fim de conquistarem melhores condições de trabalho.

¹⁶⁴ *O Labor*, Belo Horizonte: 02/08/1905.

¹⁶⁵ THOMPSON, 1989. p.304.

¹⁶⁶ *O Labor*, Belo Horizonte: 11/02/1905

¹⁶⁷ *Ibidem*. 18/07/1905.

¹⁶⁸ *Ibidem*. 07/07/1905; 18/07/1905; 09/11/1905.

Pregavam a adesão dos trabalhadores via associações ou centros confederativos, alegando que somente assim os operários conseguiriam alcançar seus direitos; para a Confederação se “os operários estivessem todos unidos pelo vínculo sacrossanto da associação, teriam galgado o ponto culminante da vida”¹⁶⁹, podendo então ter condições de trabalho dignas.

E, segundo os líderes da Confederação, esta união não precisava ser conflitante e provocadora, ou seja, a entidade dizia aceitar “todo o tipo de operário que estivesse prestes a se alistar nas fileiras de luta” por melhores condições, porém era clara que concordava com protestos apenas pacíficos, visando à paz e procurando os meios legais de fazer valer os direitos da classe.¹⁷⁰

A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais continuou atuando até meados da década de 1920, em prol dos trabalhadores junto ao poder público da época. De acordo com Maria Auxiliadora Faria e Ione Grossi a entidade, cuidaria de conseguir a harmonia do “corpo social” da cidade de Belo Horizonte¹⁷¹, isto a partir de uma visão positivista e influenciada pela perspectiva racional do modelo de cidade “disciplinada”, com conceitos, condutas e traçados que se expusessem tudo e ensinassem como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser (ideais pregados pela Comissão Construtora da cidade de Belo Horizonte).

No ano de 1907, outra associação surge na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de unificar e organizar os operários mineiros: o Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais. A criação do Centro aconteceu durante o 1º Congresso Operário Mineiro, na cidade de Sabará, e tinha como proposta o apoio à representação política, em todas as esferas públicas, de pessoas adeptas as causas trabalhistas, a fim de influir diretamente na administração do Estado, com vistas a alcançar as reformas necessárias para efetivação dos direitos operários.

É importante destacar que no ano anterior (1906), a cidade do Rio de Janeiro havia sediado o 1º Congresso Operário do país, sendo o encontro um acontecimento significativo no que se refere à ascensão do ideário anarquista entre os meio trabalhistas

¹⁶⁹ *Ibidem*. 07/07/1905.

¹⁷⁰ *O Labor*, Belo Horizonte: 31/03/1906.

¹⁷¹ FARIA; GROSSI, 1982. p.189.

das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro¹⁷². Em Minas Gerais, aconteceu o contrário. Os operários se reuniram, durante cinco dias (02/04 a 06/04) no ano de 1907, na cidade de Sabará, para a realização de um congresso que tinha como objetivo difundir os ideais reformistas.

O Congresso teve como principal proposta a criação do Partido Operário Mineiro Independente, com a finalidade de tentar eleger representantes nas assembleias parlamentares, que poderiam vir a validar os direitos trabalhistas. A arremetida do partido político independente, de acordo com a entidade, estava:

(...) perfeitamente dentro das normas das leis fundadas no mais justo e são dos direitos – o direito de personalidade.

Está dentro das leis, porque temos o direito de representação e queremos ter quem o exerce em nosso nome, e é fundada no direito de personalidade, porque, só por meio dela, poderemos fazer com que o operariado compreenda o seu valor e saiba ser cidadão. E, não fazer política quando se é cidadão, diz Eugenio Veron, é falar ao primeiro, ao mais absoluto de seus deveres, por isso que a política representa os interesses mais elevados e mais gerais da sociedade, por que: a política, escreve Thulié, não é um direito, mas um dever.

O operariado até hoje, leão insciente de suas forças, ainda não compreendeu o valor de sua ação, como força eleitoral, atuando conjunta, pacífica e ativamente nos pleitos eleitorais; o operário ainda não compreendeu que precisamos tomar parte saliente e direta na administração municipal, estadual e federal, fazendo-se ouvir pelas vozes de seus legítimos representantes.

Termos representantes, fazermo-nos ouvir, pelas classes dirigente, é iniciar gloriosamente a larga, vasta e escabrosa trilha da nossa emancipação.(...)¹⁷³

O Congresso Operário Mineiro também tinha por objetivo organizar as classes operárias do Estado, através da criação de uma confederação que reunisse as entidades classistas da capital: o Centro Confederativo dos operários de Minas Gerais, cuja sede seria na cidade de Belo Horizonte.

Entre as associações filiadas ao Centro estavam: da capital, a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, o Centro Operário, a Liga de Resistência Operária e a Associação Beneficente Tipográfica; da cidade de Sabará, o Club Operário Sabarense; de Maria Custódia, o Grupo de Lavradores; de Nova Lima e Honório Bicalho, o Grupo de Obreiros; da cidade de Curvelo, a União Operária

¹⁷² (...) “O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral” (PINHEIRO; HALL, 1979. p. 46)

¹⁷³ *O confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

Beneficente; de Diamantina, a União Operária Beneficente; do município de Montes Claros, a Liga Operária; de Ouro Preto, a Sociedade Beneficente Operária; do distrito de Passagem de Mariana, a União Operária Beneficente; e por fim da cidade de Barbacena, a Agremiação Socialista.¹⁷⁴

Durante o Congresso Operário Mineiro, foi redigida ainda uma resolução na qual estavam expostos os princípios de luta do Centro Confederativo e propostas que visavam melhores condições de trabalho aos operários do Estado. Entre os itens conclusivos constava o de fundar uma “imprensa livre” para “preparar o operariado do Estado para a luta profícua pelos seus direitos”. O jornal, porta voz do Centro ficou conhecido como o *Confedera*¹⁷⁵.

O periódico teve o primeiro número lançado em 02 de maio de 1907, iniciando a publicação no dia 1º do mês seguinte (01/06/1907), e sua última edição finalizou em 07 de agosto de 1907. O principal redator foi o advogado Alcides Batista Ferreira, que também havia sido um dos sócios fundadores da Associação Beneficente Tipográfica, fez parte ainda do Centro Operário de Minas Gerais e no ano de 1906 havia fundado a Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais, que por já existir uma entidade com o mesmo nome (sobre a presidência de José Modestino Leão) mudou sua titularidade para Liga de Resistência Operária, no ano de 1907.

O Centro Confederativo tinha por orientação o reformismo e lutava por dois principais pontos. O primeiro seria a instrução dos trabalhadores, por meio de propostas a serem encaminhadas para o governo sobre a necessidade de fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais, de escolas profissionais e de belas-artes, além da concessão de auxílios às escolas fundadas pelas associações¹⁷⁶.

O segundo ponto seria a participação dos trabalhadores nos sistemas parlamentares, através da eleição de representantes nas esferas do poder, sejam elas municipais, estaduais e/ou federais, para a defesa dos direitos trabalhistas. Para tanto, caberia às associações, que faziam parte do Centro Confederativo, apoiar e concorrer às eleições através do Partido Operário Mineiro Independente, que deveria ser criado.¹⁷⁷

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *O confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

De imediato, o Centro Confederativo apoiaria o Partido Operário Independente de Juiz de Fora, como meio de fazer representar-ser nas assembleias públicas em prol das questões classistas que fossem benéficas para os trabalhadores em geral, até que o partido único fosse criado.

É importante salientar que os partidos operários brasileiros, do período da Primeira República, por mais que se multiplicassem (entre os anos de 1890 a 1920 foram criados, em torno, de vinte partidos de cunho social, em todo o território nacional) não permaneciam muito tempo em atividade. De acordo com Francisco Iglésia, ao serem criados viviam meses, no máximo entre um a dois anos, e logo desapareciam. Os mesmos representariam mais desejos utópicos, ou uma simples influência do que estava acontecendo na Europa, do que a realidade vivida dentro do contexto nacional. Assim, por não terem muito haver com o “real” vivido, não conseguiriam ter adeptos que se interessassem em se filiar aos mesmos¹⁷⁸.

Cláudio Batalha também nos traz uma ideia de como podemos entender ou identificar os partidos operários nacionais, criados no contexto da República Velha:

“Por partidos operários devem ser entendidos tanto as múltiplas organizações socialistas que surgem e desaparecem durante toda a Primeira República, quase sempre em função de alguma disputa eleitoral, como o conjunto dos socialistas que se situam no terreno da luta política. É até plausível que a própria instabilidade e vida curta das organizações criadas contribuíssem para que a designação de “partido operário” seja empregada frequentemente para um campo político ao invés de remeter a uma organização específica; mesmo na França de fins de século XIX, o termo “partido operário designava o conjunto das correntes socialistas divididas em várias organizações e grupos”¹⁷⁹.

A ideia da formação de um Partido Operário Mineiro se fazia presente no Centro Confederativo porque os líderes da associação acreditavam que a luta operária deveria acontecer de forma legalista, buscando apoio no poder público, e acreditavam que:

(...) do Estado dependem: a diminuição e fixação das horas do trabalho; a regulamentação do salário; a criação das corporações de arte e ofícios; o estabelecimento de caixas de socorro para os inválidos, viúvas e órfãos de operários; a educação física, moral e intelectual dos filhos de operários; a fundação de sociedades cooperativas de produção e de consumo, auxiliadas pelo Estado; o imposto progressivo sobre a herança e a renda; um imposto mais pesado e quase proibitivos sobre o luxo; a supressão do trabalho das crianças e mulheres casadas, que sem a intervenção do Estado dificilmente se

¹⁷⁸ IGLÉSIAS, 1993. p.14

¹⁷⁹ BATALHA, In: MORAES. 1995, p.15-17.

realizaria.¹⁸⁰

Com o apoio do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais o Partido Operário Independente de Juiz de Fora lançou, no ano de 1907, como candidato a deputado federal Francisco Bernardino. O candidato teria servido também de intermediário entre o Centro Confederativo e o Congresso Nacional, encaminhando uma petição, ao parlamento – formulada pelo Centro Confederativo e embasada no que ficou deliberado no 1º Congresso Operário Mineiro –, exigindo medidas em benefício dos trabalhadores em geral.¹⁸¹

Entre as medidas constavam a fundação de escolas noturnas nas associações fabris e agrícolas, a proibição do trabalho infantil e de mulheres em minas ou mesmo em oficinas e fábricas, criação de uma lei indenizatória aos operários inválidos por acidentes de trabalho e por fim, uma lei que regulasse a jornada de trabalho para oito horas diárias¹⁸².

Do que estava na pauta da petição, apenas a jornada de trabalho, para oito horas e a criação de uma lei indenizatória para acidentes de trabalho, foram atendidas. Mesmo assim, somente nos anos de 1912 e 1919 respectivamente, e sob a ação de outras manifestações. Em maio 1912, após a agitação grevista, ocorrida na capital, conseguiu-se chegar a um acordo quanto à diminuição das horas trabalhadas (de nove para oito horas); e em março de 1919 entrava em vigor o decreto número 3.724 de 15 de janeiro regularizando as indenizações no que se refere aos acidentes de trabalho.

No ano de 1912 o Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais mudou sua denominação para Confederação Operária Mineira, participando, no mesmo ano, do IV Congresso Operário Nacional. O Centro continuou atuando até a década de 1920, sendo que em 1921 contava com 500 (quinhentos) membros filiados ao Centro.

Na mesma década, surgiu na cidade de Belo Horizonte outra entidade que pressupunha a participação conjunta de diferentes categorias profissionais, em torno de um sindicato: a Confederação Católica do Trabalho. No que se refere à formação dos sindicatos, de acordo com Eliana Dutra, seria entre os anos de 1916 a 1920 que surgiria

¹⁸⁰ *O confederal*, Belo Horizonte: 15/07/1907

¹⁸¹ *Ibidem*, 04/06/1907.

¹⁸² *Ibidem*, 01/07/1907.

o maior número de sindicatos no Estado mineiro, podendo ser identificados como:

(..) categorias, em sua maioria, profissionalmente indiferenciados, ou seja, abrangiam trabalhadores de todos os ofícios e não necessariamente do mesmo ofício, trabalhando no mesmo local e no mesmo ramo. No caso mineiro, abrangiam trabalhadores de ofícios vários cuja característica comum, além de serem assalariados, era viverem na mesma localidade (...). Em menor número, surgiram também os sindicatos profissionalmente diferenciados, formados por trabalhadores de acordo com a ocupação e ofício¹⁸³.

Contudo, o termo somente seria mencionado em Belo Horizonte no ano de 1920, por meio da Confederação Católica do Trabalho, através do periódico da Confederação, *O Operário*:

Urge que cada sindicato trabalhe ativamente na defesa econômica dos trabalhadores. O primeiro passo a dar é a fixação do mínimo salário para cada ofício. (...) Quando um sindicato houver organizado a sua tabela deverá transmiti-la à diretoria da Confederação e esta notificará aos patrões com o prazo de 15 dias para resposta, (...) recusando os patrões a executar a tabela, a diretoria os convidará para escolherem uma comissão de 3 membros; estes com 3 membros escolhidos pela Confederação, sendo 2 dentro do sindicato, estudando o assunto em comum e o resultado deste estudo será submetido a deliberação de um juiz, que será de preferência do Sr. Presidente do Estado ou quem este nomear. A resolução do juiz é obrigatória para patrões e empregados. Este é o caminho para evitar greve e violências.¹⁸⁴

Mesmo sendo caracterizada como uma confederação, a Confederação Católica do Trabalho, não tinha filiados fora do Estado de Minas Gerais, sendo que a maioria das entidades ligadas à associação se concentrava em Belo Horizonte.¹⁸⁵ De forma geral, podemos conceituá-la como uma “espécie de central de sindicatos católicos”, ou seja, uma associação intersindical fundada com o objetivo de buscar soluções favoráveis aos conflitos trabalhistas, embasada na educação moral e religiosa¹⁸⁶.

Entre os sindicatos filiados à Confederação Católica do Trabalho, no ano de 1925, existiam 18 entidades, sendo elas: Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Barbeiros, Sindicato dos Pintores, Sindicato Misto, Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Condutores e Motorneiros, Sindicato dos Bombeiros, Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas, Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos, Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central, Sindicato

¹⁸³ DUTRA, 1988, p. 73.

¹⁸⁴ *O operário*, Belo Horizonte: 10/07/1920.

¹⁸⁵ AMARAL, 2007.p.50.

¹⁸⁶ BATALHA, 2000. p.28.

dos Pedreiros, Sindicato dos Empregados dos Correios, Sindicato dos Carroceiros, Sindicato dos Padeiros Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue, Sindicato das Empregadas Domésticas e Sindicato dos Alfaiates.¹⁸⁷ Ainda no ano de 1925 a Confederação possuía 890 sócios e em fins de 1929, esse número chegou a 1.000.

A Confederação Católica do Trabalho foi um marco no movimento sindical em Belo Horizonte, impulsionando formação dos sindicatos e estipulando:

(...) regras e fixou pontos a serem observados quando da constituição de sindicatos, tendo desenvolvido intensa campanha entre os operários no sentido de estas se organizarem em associações futuras, componentes seguros da Confederação. Desse modo, a Igreja, através da Confederação Católica do Trabalho, surge como agente organizador da classe operária de Belo Horizonte. As condições estruturais da indústria e da economia belorizontina, tais como o parque industrial incipiente, posição minoritária dos operários dentro do total da população, a força do estado e da prefeitura como empregadores e, particularmente, a utilização intensiva de capital pelas indústrias existentes, foram condições necessárias para a sua atuação¹⁸⁸.

Além dos sindicatos profissionais e mistos, a Confederação também contava com a adesão de outras associações operárias existentes na capital mineira, no que se refere à união para que juntas assinassem petições e requerimentos, para serem encaminhadas ao Conselho Deliberativo do Estado e à prefeitura. Entre as associações estavam a Associação Beneficente Tipográfica, a União dos operários em calçados, o Centro dos *Chauffeurs*, a Liga Operária Mineira e a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais.

A Confederação Católica do Trabalho era “típica representante do sindicalismo cristão”, e tinha por objetivos principais divulgar a educação católica ao operário e organizar um sindicato, inspirado na Encíclica Papal *Rerum Novarum*, criada no ano de 1891 pelo Papa Leão XIII. A encíclica procurava mostrar o caráter estadista proposto pela Igreja, que era contra as idéias liberais e a ausência de uma política social mais humana para os trabalhadores. Ela aponta para uma prática de ação católica que pudesse regenerar a sociedade civil.¹⁸⁹

De acordo com a *Rerum Novarum*, caberia aos sindicatos o “aperfeiçoamento moral, espiritual e religioso” dos seus sócios, além de ser ele o

¹⁸⁷ *O operário*, Belo Horizonte: 10/05/1925.

¹⁸⁸ DUTRA, 1988, p. 160-161.

¹⁸⁹ Leão XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum*. 1978. p. 36.

responsável pela luta junto ao Estado no que se refere a melhoria das condições do trabalho, reivindicando a implantação de uma legislação trabalhista e melhores salários. Porém, mesmo condenando o capitalismo moderno, a Encíclica era clara ao pregar a harmonia e o fim dos conflitos entre empregados e patrões, o respeito à ordem, ao poder instituído e a propriedade privada.

Assim como as demais associações analisadas, a Confederação Católica do Trabalho também tinha um periódico que publicava os ideais, manifestos e ações empreendidas pela Confederação: o *Operário*. De acordo com Joaquim Nabuco Linhares, este seria o terceiro e último jornal com este nome publicado na capital. O primeiro número foi lançado em 19 de junho de 1920 e o último em 20 de setembro de 1925. O jornal teve publicação quinzenal até o número 16 (dezesseis) e semanal (as quintas-feiras) a partir do número 17 (dezessete) de 03 de março de 1921. A partir 10 de março de 1924 o periódico passou a ser publicado três vezes por mês, nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e 30 (trinta). E a partir de 1938 *O Operário* teve como seu continuador o periódico *Vida Nova*.¹⁹⁰

No primeiro número o jornal publicou os princípios que norteavam o programa de ação da Confederação, que eram os de;

- a) tornar conhecida e forte a Confederação Católica do Trabalho; b) defender os legítimos interesses e os direitos dos trabalhadores, como indivíduos e como classe; c) pleitear a vitória das reivindicações operárias baseadas na justiça; d) promover a defesa dos trabalhadores sindicalizados quando forem perseguidos ou processados, desde que não seja por falta infame; e) promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores; f) promover a fundação de confederações idênticas em todas as localidades mineiras onde isso seja possível e fazendo de todas uma única confederação no Estado; g) fidelidade do homem para com Deus, como indivíduo, como família, como sociedade; h) toda a ação operária não deve excluir Cristo e a Igreja; i) toda ação operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociais, que a solução da questão operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas; toda ação operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.¹⁹¹

Por meio do envio de petições aos poderes públicos, de fiscalização e/ou denúncia de empresas que não cumpriam os acordos trabalhistas (denúncias estas

¹⁹⁰ LINHARES, 1995, 201-202.

¹⁹¹ *O operário*, Belo Horizonte: 19/06/1920.

realizadas através do periódico *O Operário*) e através da mediação, quando possível, nas soluções para os conflitos entre patrões e empregados, a Confederação Católica do Trabalho buscava fazer valer os direitos trabalhistas, em forma de reivindicações que, em geral, aconteciam através dos meios legais ou em artigos publicados no jornal.

Os três documentos mais importantes elaborados pela Confederação e encaminhados ao poder público foram: um ofício ao presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e às Câmaras Municipais de Palmira e Juiz de Fora pedindo-lhes medidas para solucionar o problema das habitações populares, principalmente nos centros industriais; um ofício ao então governador do Estado, Antônio Carlos, pedindo providências no sentido de serem criados carros de segunda classe, por preços populares, para serem rebocados pelos bondes comuns com o intuito de beneficiar os trabalhadores operários, e por último, um ofício ao presidente Getúlio Vargas em novembro de 1931 em que a Confederação se posiciona contrariamente à dispensa de 1002 (mil e dois) trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Em meio as principais demandas exigidas pela Confederação encontraremos as reivindicações relacionadas a diminuição da jornada de trabalho (para oito horas), para todos os setores trabalhistas, a conquista de habitações populares e o descanso dominical.

Ao ser mediadora das negociações trabalhistas, a Confederação Católica do Trabalho construía uma forma de ação que considerava ser o caminho para se evitar greves e violências. Tal procedimento é perceptível por meio dos ofícios citados acima, e no que se refere à tentativa de regularização do salário mínimo fixo por categoria, que de acordo com Deivison Amaral:

Para o encaminhamento das reivindicações salariais, a Confederação Católica do Trabalho instituiu um procedimento que acarretaria na definição de um salário mínimo justo por categoria. Para tanto, os sindicatos deveriam organizar uma tabela dos salários e encaminhá-las à diretoria da Confederação Católica do Trabalho, que, por sua vez, a encaminharia aos empregadores, fixando prazo de quinze dias para uma resposta. Ambas as partes teriam que aprovar as tabelas. Uma vez estabelecido o valor do salário mínimo por ofício, a confederação fixava o prazo de trinta dias para sua implementação. Se a tabela não fosse cumprida, a entidade instituiria uma comissão para discutir a questão e, posteriormente, submeteria os argumentos ao arbítrio do presidente do estado ou de alguém por ele indicado. Patrões e empregados deveriam obrigatoriamente aceitar a decisão do presidente do estado¹⁹².

¹⁹² AMARAL, 2007, p. 92.

Percebemos que o meio de agir em favor da classe obreira da capital, fazia com que a Confederação Católica do Trabalho (assim como as outras associações analisadas) garantisse a harmonia social tão preconizada pelo governo belorizontino, concretizando assim a “ordem e o progresso”, almejados pelos construtores da cidade capital. Para exemplificar, Belo Horizonte teve apenas 03 (três) movimentos grevistas no período de 1917 a 1930 (contexto de atuação da Confederação Católica do Trabalho), sendo elas, a greve de 1919 dos trabalhadores do ramal da Estrada de Ferro; a de 1926 dos Barbeiros e a manifestação de 1922 dos *Chauffeurs*¹⁹³.

A partir da década de 1930 a Confederação teria sua influência reduzida, isto porque novas associações, de caráter religioso (principalmente católicas), surgiram dentro dos meios trabalhistas. Os *Círculos Operários* e a *Juventude Católica (JOC)* seriam algumas entidades que iniciariam uma nova etapa no sindicalismo cristão¹⁹⁴.

É bom lembrar que a anuência do Estado, no contexto da década de 1920, foi um fator importante para que a Confederação Católica do Trabalho conseguisse agir com competência e dentro dos meios legais para exigir os direitos da classe trabalhadora.

Nas décadas de 1920 e de 1930, de acordo com Boris Fausto, a questão social tornou-se foco de discussões entre o Estado e a sociedade civil em geral. A preocupação do governo com problema social teria se corporificado através do padrão repressivo¹⁹⁵, do aperfeiçoamento legislativo e da ampliação de medidas legais¹⁹⁶.

Dentro deste contexto houve um “amadurecimento” do conjunto de alianças que reuniu polícia, patrões, elite política e intelectual e a Igreja. Houve também a concorrência com associações profissionais, patrocinada pelos empresários e governo. Segundo Kazumi Munakata, os sindicatos passaram a manter serviços regulares de beneficência com a participação do Estado. Eram prestados serviços médicos, auxílios

¹⁹³ DUTRA, 1988, p. 128.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 172.

¹⁹⁵ Lei Adolfo Gordo, ou Lei de Expulsão de Estrangeiros (Decreto nº 4.247 de 6.1.1921) o projeto aprovado considerava o anarquismo crime e permitia legalmente à deportação de estrangeiros envolvidos em associações e “distúrbios” que fossem considerados prejudiciais a “ordem pública”. As associações operárias passaram a ser invadidas por policiais; comícios anarquistas foram proibidos e agentes policiais começaram a encontrar bombas espalhadas no centro da cidade do Rio de Janeiro e a atribuí-las a atos anarquistas (GOMES, 2005. p.68).

¹⁹⁶ FAUSTO, 1983. p.159.

farmacêuticos e pensão para os inválidos (a modelo das mutuais); e em 1919 alguns empregadores privados anunciavam a concessão “espontânea” da jornada de trabalho para oito horas¹⁹⁷.

Os líderes governistas também já vinham fazendo uma mudança no discurso, reconhecendo que era preciso “aperfeiçoar” a legislação social de forma a harmonizar os interesses do capital e do trabalho¹⁹⁸. A intervenção estatal passou a ser solicitada com mais ênfase, ou seja, as reivindicações como a diminuição da jornada de trabalho de oito horas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outras, apontam para a elaboração de leis sobre o assunto.

Também havia o medo da revolução (como a ocorrida na Rússia em 1917) e a ameaça de outra guerra mundial (como a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918) que fizeram com que as ideias liberais perdessem força. Para Munakata, em nome da harmonia social e da paz entre os povos, as leis trabalhistas deveriam ser reguladas, coordenadas e fiscalizadas pelo Estado¹⁹⁹.

Portanto, no contexto das décadas de 1920 e 30, os operários belorizontinos (assim como a massa de trabalhadores do restante do país) passaram a ser influenciados por uma tendência que visava incorporar a classe proletária aos meios institucionais. Tendo o Estado uma participação ainda maior na formulação legal dos direitos e deveres do operariado estabelecendo, inclusive, suas formas de organização.

5.3. A greve como um possível (“ou último”) recurso.

As paredes operárias se fazem todos os dias; não há como negar sua existência. Se elas existem, se são fatos a se desdobrarem diminutamente, deve o Estado cumprir o dever de regulá-las nas suas causas, nos seus efeitos (...). entre nós a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que a ordem social²⁰⁰.

Os impactos políticos dos movimentos sociais, quase sempre levaram preocupações para as elites governamentais. Em se tratando da formação da classe operária, na cidade de Belo Horizonte, isto não foi diferente. Pelo contrário. Cidade criada com ideais positivistas de “ordem e progresso” e com o objetivo de se tornar um

¹⁹⁷ MUNAKATA, 1981. p. 22.

¹⁹⁸ MARAM, 1979. p. 139.

¹⁹⁹ MUNAKATA, 1981. p.32.

²⁰⁰ VIANNA, *apud* FARIA; GROSSI. 1982 p. 170.

espaço cuja formação social fosse harmônica, unitária e sem lugar para a chamada “desordem urbana”, a elite que governava a capital mineira neste período, procurou intervir, sempre que possível, nos movimentos sociais, principalmente os de cunho trabalhista.

Percebemos (ao longo do que já foi exposto) que o diálogo existia e acontecia com frequência entre os governantes mineiros e as diversas associações classistas do Estado (especificamente as da capital). As entidades procuravam lutar através dos meios legais para tentar fazer valer os direitos trabalhistas, tendo como método de ação os questionamentos perante os poderes públicos, geralmente, realizados por meio de petições governamentais e noticiários de imprensa.

Porém, os acontecimentos do mês de maio de 1912, na capital, significaram uma “pequena” mudança na natureza desta organização operária, embora os ideais de luta permanecessem praticamente os mesmos.

O mês de maio do ano de 1912 iniciou-se na capital mineira, com uma grande festa do trabalho: a comemoração do 1º de maio daquele ano. De acordo com relatos de Hugo Canfora (neto do líder trabalhista Donato Donati) os festejos comemorativos começaram ainda pela madrugada, com “toques de alvoradas” e salvas de tiros. A sessão cívica se deu no teatro municipal, estando presentes operários, com suas respectivas famílias, e representantes de autoridades públicas do governo de Belo Horizonte, contando também com a presença do então prefeito da capital, Olindo Meireles. Os discursos ficaram por conta de Donato Donati, Alcides Batistas e do professor José Mamede da Silva, além de outras personalidades ligadas às lideranças trabalhistas. Para finalizar a festa operária, à noite, saíram em passeata, em direção ao Palácio do Governo, alguns trabalhadores que fizeram parte da sessão cívica. José Mamede da Silva discursou em nome dos trabalhadores e saudou o então governador do Estado, Bueno Brandão, que “agradeceu e enalteceu a ação dos trabalhadores, concitando-os a trabalhar pelo progresso do país”.²⁰¹

Porém cinco dias após a festa do trabalho, iniciou-se uma sublevação operária na capital, que levou a paralisação dos trabalhos nas fábricas, serrarias e construções da cidade. A greve iniciou-se com os operários que faziam o recalçamento

²⁰¹ CANFORA, p. 60

entre as linhas de bondes na Rua da Bahia. Logo que iniciaram o expediente, na manhã de 06 de maio, declararam-se em greve, abandonando o serviço até que suas reivindicações fossem atendidas, sendo elas, a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias e a fixação do salário correspondente a estas horas.

Os trabalhadores da construção civil (em torno de quarenta operários) subiram a Rua da Bahia, em passeata, chamando outros obreiros para aderirem à greve. Os operários (em torno de 200) da oficina Garcia de Paiva e Pinto (madeireira) e diversos trabalhadores das fábricas de tecidos Cia. Industrial de Belo Horizonte, Tavares e Cia e Minas Fabril assentiram ao movimento de protesto e reivindicações. A estimativa de obreiros grevistas girava em torno de dois mil operários, que na noite do dia 06 de maio percorreram as ruas da capital em manifestação, dirigindo-se à residência do então Chefe de Polícia, onde discursaram vários líderes classistas²⁰².

A greve contou ainda com o apoio de vários acadêmicos das escolas de Direito, Odontologia, Engenharia e Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (em sua maioria formada por estudantes) que encabeçaram as reuniões e montaram as pautas de discussões dos trabalhadores. Donato Donati era o porta voz dos discursos operários, contando com o apoio de Manoel Pontas.²⁰³

A agitação dos trabalhadores resultou, na manhã do dia seguinte (07 de maio), em uma reunião entre os industriais para discutir e, entre eles, votar pelo atendimento ou não às reivindicações trabalhistas exigidas. Porém, nada foi decidido. Apenas abordaram a possibilidade de fechamento das fábricas, até que a situação fosse totalmente resolvida, e na possível decisão de o salário ser dividido por nove horas (carga horária de então), assim os operários trabalhariam quantas horas quisessem ou julgassem convenientes aos seus interesses.

A responsabilidade da possível resolução do impasse entre patrões e empregados foi transferida para o poder público da capital. Para tanto, nomearam uma comissão representada pelo advogado Flávio Fernando dos Santos, pelo desembargador Edmundo Lins, pelo médico Henrique Salles e pelos engenheiros José Dantas, Cícero Ferreira – proprietário da fábrica de tecidos de malha - e Cristiano Guimarães – gerente da Cia Industrial de Belo Horizonte - além do Capitão de Polícia Arthur Vianna - sócio

²⁰² FARIA; GROSSI, 1982, p.192-193

²⁰³ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 09/05/1912

da firma Signaud & Vianna - para arbitrar, junto ao poder público, sobre a ação grevista²⁰⁴.

Não aderindo ao possível acordo dos patrões, que propuseram a divisão do salário pelas horas trabalhadas, os grevistas também formaram uma comissão para representar os direitos dos trabalhadores, sendo composta pelos advogados Joaquim Francisco e Mario de Lima e pelo professor José Mamede da Silva, para mediar sobre as propostas que fossem convenientes para ambos os lados.

Para tanto, as associações, ligadas ao movimento grevista, aconselharam os trabalhadores (não apenas aos seus associados), através de boletins distribuídos pela cidade, que evitassem reuniões e manifestações pelas ruas e aguardassem, de forma pacífica, os trabalhos das comissões eleitas e uma convocação (nas sedes dos respectivos centros) para discutirem sobre o movimento²⁰⁵.

Ambas as comissões (trabalhistas e dos industriais) chegaram a uma decisão de criar uma “corte arbitral”, uma reunião com um prazo determinado para apresentar as decisões homologadas. A corte seria presidida pelo então Governador do Estado, Bueno Brandão, tendo ainda três representantes dos patrões e três dos operários.²⁰⁶ No dia 14 de maio foi enfim apresentado o parecer favorável à questão trabalhista, pelo menos no tocante a fixação da jornada de trabalho para oito horas diárias, sem divisão do salário por horas trabalhadas, a vigorar a partir do dia 16 de agosto do mesmo ano. A reivindicação referente à fixação do salário não chegou a ser resolvida²⁰⁷.

Em resumo: a paralisação dos trabalhos nas fábricas, serrarias e construções civis da cidade teve duração de nove dias e contou com a participação de aproximadamente 40% (quarenta por cento) do operariado da capital; além de ter tido um caráter estritamente local. Porém acreditamos que tanto o contexto mundial da época, quanto o nacional, influenciou na decisão grevista dos proletários belorizontinos.

Uma série de reportagens sobre a greve dos mineiros que agitou a cidade de Londres foi noticiado no Jornal *Minas Gerais*, em março de 1912. Os grevistas londrinos reivindicavam a fixação do salário mínimo e melhores condições de trabalho.

²⁰⁴ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 15/05/1912

²⁰⁵ *Ibidem*

²⁰⁶ FARIA; GROSSI. 1982, p. 194.

²⁰⁷ *Op. Cit.* 15/05/1912

A greve inglesa teve duração de uma semana, com parecer favorável aos mineiros, tendo conseguido consolidar e fixar o salário mínimo almejado²⁰⁸.

Outro acontecimento que igualmente pode ter influenciado a manifestação grevista dos operários de Belo Horizonte, foi à greve paulista ocorrida também em 1912. Segundo Boris Fausto a mobilização dos trabalhadores paulistas teria tido origem no agravamento das condições de existência operária frente a um período de crescente expansão econômica do Estado, aliados ao aumento do preço dos aluguéis residenciais e dos produtos alimentícios. A manifestação se concentrou em dois ramos importantes da economia de São Paulo: os de produtos têxteis e de sapatarias. Ambas reivindicavam a redução da jornada de trabalho e o aumento de 25% dos salários²⁰⁹.

Favorável foi apenas o parecer para a classe dos sapateiros, que retornaram ao trabalho após obterem um aumento de 10% nos salários e a carga horária fixada em oito horas diárias. Os funcionários da indústria têxtil também regressaram ao ambiente de trabalho, porém sem nada conseguir, mas continuando o combate, de forma mais expressiva, até o mês de junho do mesmo ano, onde a situação, de acordo com Fausto, teria se normalizado²¹⁰.

Em ambos os casos, talvez seja possível fazer uma ligação com as manifestações dos operários belorizontinos, pois mesmo tendo perfis distintos estes movimentos poderiam ter influenciado os obreiros da capital por possuírem em comum o fato de serem organizados, convocados, estimulados ou propagandeados por organizações classistas (clubes, federações, ligas, associações, uniões, sindicatos, etc.). Além de algumas entidades mineiras possuírem líderes trabalhistas que atuavam e lutavam em movimentos grevistas de outras localidades nacionais, como foi o caso do líder trabalhista Donato Donati, militante atuante tanto no Estado de São Paulo como na cidade de Belo Horizonte²¹¹.

Outra dimensão importante para a análise deste movimento é o da relação do Estado com as organizações trabalhistas. Em se tratando da polícia, é sabido que as “preocupações” destes profissionais estavam, durante o início do século XX,

²⁰⁸ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 22/03/1912 a 04/04/1912.

²⁰⁹ FAUSTO, 1983. p.151

²¹⁰ *Ibidem*

²¹¹ Donati atuou ainda na greve geral da cidade de Juiz de Fora em agosto de 1912.

estritamente vinculadas ao controle das massas tidas como perigosas, como vadios e mendigos, e também dos trabalhadores. Em Belo Horizonte não seria diferente. A vigilância sobre tudo e todos, principalmente sobre as classes trabalhadoras em formação, era uma constante nos regulamentos da instituição policial.

No caso referente à greve de 1912, durante os nove dias de movimento, aconteceu apenas um incidente dito “lastimável”. No dia 07 de maio, durante a passeata dos grevistas na Avenida Afonso Pena, houve, um confronto entre alguns operários exaltados e a cavalaria policial da capital. Na confusão geral surgiram protestos contra a violência dos soldados, que além de vitimarem alguns operários manifestantes, também feriram civis, que nada tinham a ver com as manifestações grevistas, a não ser, por coincidência, estarem no mesmo local onde a polícia agia para tentar por fim as manifestações dos agitadores.²¹²

Este, entretanto, foi um dos únicos embates entre a polícia e os trabalhadores belorizontinos, já que até então a manifestação grevista não era a forma mais usual de mobilização da classe operária de Belo Horizonte.

Quanto à relação trabalho e líderes públicos, foi perceptível, neste movimento, o diálogo existente entre ambos. A participação de políticos na tentativa de solucionar as questões trabalhistas reivindicadas se fez presente durante os dias turbulentos. A exemplo, foi citado a participação do Governador do Estado presidindo a comissão central que tratou do parecer favorável para os grevistas. Os líderes governamentais procuraram agir no sentido de tentar harmonizar o conflito entre patrões e empregados, além de se “sensibilizarem” com as questões referentes ao direito do trabalho:

Uma das ressonâncias dos acontecimentos de maio, na Câmara dos Deputados, foi à apresentação de um projeto de lei que estabelecia a jornada de oito horas e a garantia ao operário com mais de cinco anos de atividade, o direito a 2/3 de sua diária, a serem recebidos quando não mais tivesse condições de trabalho.²¹³

Concluindo, a greve de 1912 foi uma espécie, nos dizeres de Cláudio Batalha, de o “último recurso” que a classe usou para exigir a diminuição da jornada de trabalho e a fixação do salário²¹⁴. A sublevação teve duração de nove dias, sendo

²¹² *Estado de Minas*, Belo Horizonte: 08/05/1912.

²¹³ FARIA; GROSSI. 1982, p.194.

²¹⁴ BATALHA, 1990, p. 120.

conquistada a redução das horas trabalhadas – de nove para oito horas diárias – e a reivindicação salarial entrando nas pautas de discussões parlamentares para que se chegasse a um piso satisfatório para empregados e patrões.

Dois anos após a sublevação operária na capital, na comemoração do 1º de maio (01/05/1914), a retórica dos líderes operários, ainda se referia aos acontecimentos do mês de maio de 1912. Para os líderes trabalhistas a greve de 1912 foi um “passo decisivo” para a conquista da jornada de oito horas de trabalho, consistindo como “a mais justa reivindicação das poderosas classes trabalhadoras”.

6. CONCLUSÃO

Pretendemos, com este trabalho, analisar a atuação de algumas associações classistas que surgiram na capital mineira no decorrer de seu processo de construção. Buscamos por meio desta pesquisa, reconstruir as práticas e vivências dos trabalhadores no cotidiano de Belo Horizonte. Para tanto, foram analisadas as diversas manifestações de algumas associações classistas em prol das conquistas dos direitos trabalhistas e em busca de melhores condições de labuta e de uma vida social mais digna para os operários em geral.

O contexto no qual procuramos constituir este trabalho foi o período da Proclamação da República (1889) e sua consolidação nas primeiras duas décadas do século XX, onde uma parte da sociedade brasileira, a classe trabalhadora especificamente, procurou ganhar força e voz na vida institucional do país²¹⁵. Assim, propusemos pensar as classes operárias belorizontinas como um fenômeno histórico ligado à vida política do Estado mineiro. Não deixando de lado às práticas comuns, vivências compartilhadas e as tradições culturais desenvolvidas por estes atores e que moldaram as condições de luta e vidas dos operários na nova capital mineira.

Neste sentido, para entendermos o alcance que teve o reformismo, na questão operária, um estudo mais aprofundado sobre a construção da cidade de Belo Horizonte se fez necessário, para desta forma, podermos identificar, através das condições sócio-econômicas da cidade em formação, os elementos que propiciaram a estruturação e constituição dos proletários, enquanto classes, neste espaço.

E Belo Horizonte apresentou certo grau de especificidade em sua formação, se comparado à constituição das outras capitais do país. Construída com o ideal de ser uma metrópole republicana, a cidade de Belo Horizonte representou o que de mais moderno existia para o período. Ao romper com a antiga ordem política – monarquia – a capital mineira teria a missão de simbolizar a “*ordem e o progresso*” da nascente República.

Concomitantemente, Belo Horizonte foi construída através da intervenção estatal, planejada nos modelos urbanísticos inspirados nas construções dos centros urbanos de Washington e Paris. No plano das ideias, os engenheiros chefes,

²¹⁵ Para tanto ver GOMES, 2005, p.299.

responsáveis pela edificação da cidade, se basearam, sobretudo nas matizes filosóficas do positivismo e do racionalismo, assentando-se ainda, em ideias sanitaristas que conseqüentemente proporcionariam um espaço modelar, disciplinado, com conceitos e condutas que impedissem as manifestações plurais dos habitantes neste espaço citadino.

Desta forma, para pensar a formação das classes trabalhadoras na nova capital mineira, foi importante reconstituir, primeiramente, a construção deste espaço, onde as disputas políticas pelo acesso à cidade, melhores condições de vida e trabalho, tornaram-se pano de fundo da constituição dos trabalhadores belorizontinos, enquanto classe.

A ênfase da análise recaiu primeiramente no estudo de algumas associações classistas específicas: *Associação Beneficente Tipográfica*, a *Associação Beneficente dos Alfaiates*, a *Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais*, o *Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte* e o *Centro Operário*. A apreciação do discurso partiu do princípio que estas entidades possuíam em comum características de sociedades mutuais, que tinham por objetivo a cobrança de mensalidades de seus sócios a fim de propiciar aos membros alguns auxílios, como os relacionados à doença, invalidez, funeral, desemprego e principalmente por zelar pelos interesses classistas. Além de agir em prol dos direitos trabalhistas, empenhando ações de cunho político – sindical, procurando ainda dialogar com poder público da capital, no que se refere a concessões e subvenções por parte do Estado a estas entidades.

Ao mesmo tempo, outras associações classistas foram fundadas em Belo Horizonte. Especificamente, abordamos as ações e práticas discursivas da *Liga Operária*, da *Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais*, do *Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais*, da *Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais* e da *Confederação Católica do Trabalho*. Estas tinham como práticas ações que visavam defender os interesses trabalhistas e conquistar os direitos dos operários belorizontinos em geral, através de atuações político/partidárias e mesmo por meio da formação de sindicatos.

Para tanto, procuramos trabalhar a partir de alguns pontos levantados por Cláudio Batalha, no que se refere às ações reformistas, empenhadas por muitas

entidades no início do século XX²¹⁶. Estas práticas se basearam na busca por consolidar as conquistas trabalhistas através dos meios legais, onde defendiam a formação de sindicatos e a conquista de espaços de participação institucional por parte dos líderes proletários. Baseavam-se ainda na tentativa de fundar partidos operários ou mesmo lançando candidatos próprios (ou personalidades políticas que fossem comprometidas com o interesse dos trabalhadores em geral) às eleições parlamentares.

As associações procuravam concretizar os métodos de ações através de questionamentos perante o poder público que se caracterizava pelo envio freqüente de petições ao congresso (tanto municipal quanto estadual) ou mesmo no apelo visionado nos noticiários de imprensa.

É importante lembrar, que outro item destacado por Batalha²¹⁷, e também analisado nesta pesquisa, foi o de que as associações viam nos movimentos grevistas “o último recurso” a ser adotado pela classe, no que se refere à conquista de direitos.

E este “recurso” foi também adotado pelos trabalhadores de Belo Horizonte. A greve ocorrida no mês de maio de 1912 foi um exemplo significativo, de que os operários se utilizaram deste método, como último meio, a fim de tentar conseguir consolidar um interesse desejado há tantos anos: a diminuição da jornada de trabalho. A greve foi considerada o primeiro conflito aberto dos trabalhadores e teve como principais objetivos a diminuição da jornada de trabalho, (de nove para oito horas) e a fixação do salário base destes proletários. Após nove dias de protestos, reuniões e discussões, envolvendo patrões, empregados e o Estado (como mediador), foi possível chegar a um acordo, sendo conquistada a redução das horas trabalhadas, para então, oito horas diárias.

Portanto, adotando, de forma geral, métodos reformistas (mesmo tendo existido uma manifestação grevista), as associações pesquisadas atenderam, na medida do possível, às demandas mais urgentes dos trabalhadores da cidade capital, referentes a direitos conquistados e a busca por melhores condições de labuta e vivências.

Ainda dentro das considerações, acreditamos ser válido destacar, as dificuldades que um pesquisador / historiador encontra ao estudar as classes subalternas,

²¹⁶ BATALHA, 1990, p.120.

²¹⁷ *Ibidem.*

neste caso, os trabalhadores. Pesquisas desta natureza precisam ser constituídas, na maioria das vezes, por fragmentos, ou mesmo serem analisadas a partir apenas de fontes documentais jornalística. Tal visão acaba por ser panorâmica, pois só raramente vislumbramos as bases militantes. Mesmo tentando nos preocupar mais com os membros das entidades, do que com as lideranças, este se torna um problema. Não é fácil ajustar, dentro do quadro da história social operária, como realmente significava ser um pedreiro, um alfaiate ou mesmo um tipógrafo; como pensavam, agiam ou sentiam na cidade de Belo Horizonte no início do século XX.²¹⁸

Porém, acreditamos que a estratégia metodológica adotada (análise documental jornalística e apreciação da conjuntura no qual estavam inseridas as associações pesquisadas), mesmo sendo um pouco “ortodoxa”, não deixou de elucidar o proposto: o de afirmar existir práticas reformistas entre as classes trabalhadoras belorizontinas e as diversas identidades e culturas adotadas pelos trabalhadores no contexto de construção da nova capital mineira.

²¹⁸ Para tanto ver HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

7. FONTES

APC [Arquivo público da Cidade de Belo Horizonte], Documento de restituição encaminhado ao Prefeito da cidade de Belo Horizonte: Benjamim Brandão. 11/07/1910.

APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918

Estado de Minas, Belo Horizonte: 08 mai.1912. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

Estatutos da Associação Beneficente dos Alfaiates. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.

Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1901

Estatutos do Centro Operário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1905.

MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Associações: 1898-1946. Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

¹ MhAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Livro Gráfico Mineiro: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) - Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

MELLO, Cornélio Vaz. *Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte, setembro 1917*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916-1917. 41p. Acervo APC. Relatório disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/saladoestudante>>. Acesso em 10 jul. 2009 p.21.

Minas Gerais. Ouro Preto, 28 out. 1891. In: Imprensa Oficial, 1927 (edição especial).

Minas Gerais. Ouro Preto, 17 dez. 1893. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais Belo Horizonte, 16 de jul. de 1900, In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais, Belo Horizonte 15 out. 1910. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais, Belo Horizonte: 09 mai. 1912 In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais, Belo Horizonte: 15 mai.1912 In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais, Belo Horizonte: 22 mar. 1912 a 04 abr. 1912. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais. Belo Horizonte, 12 jul. 1912, In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais. Belo Horizonte, 27 jul. 1912, In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais. Comissão de Estudo das Localidades indicadas para a nova Capital. *Relatório apresentado a Afonso Pena, presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis; janeiro a maio de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 76 p. Acervo APM. Relatório. Disponível em: <<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>>. Acesso em 26 mai. 2008. p.2

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte: 02 mai.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 04 jun.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 01 jul.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jul. 1907 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Belo Horizonte: 11 fev.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 07 jul.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 09 jul. 1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 18 jul.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 02 ago. 1905 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Belo Horizonte: 31 mar.1906. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 19 jun. 1920. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 jul. 1920 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 mai. 1925. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão do Centro Operário Belo Horizonte, 14 fev.1903. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão do Centro Operário, Belo Horizonte, 15 mar. 1903. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão do Centro Operário Belo Horizonte, 07 dez. 1903. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão do Centro Operário Belo Horizonte, 17 jan. 1904. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão do Centro Operário, Belo Horizonte, 04 fev. 1904. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO; órgão do Centro Operário Belo Horizonte, 27 mar. 1904. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão do Centro Operário, Belo Horizonte, 24 abr. 1904. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Liga Operária, Belo Horizonte, 29 jul. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, 19 ago. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Liga Operária, Belo Horizonte, 02 set. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

PLAMBEL. Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: Plambel, 1979. 2v. p.03-182.

Revista comemorativa do 50º aniversário do Centro dos *Chauffeurs*, Belo Horizonte: 02 jan. 1972 In: Centro dos *Chauffeurs* de Belo Horizonte.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristiane de Castro e. Da revolução à reforma: a trajetória histórica da social democracia. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n.7, p.190. jul. 2003

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)* 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS), Belo Horizonte, 2007.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Belo Horizonte: um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

ARRUDA, Rogério Pereira. *Álbum de Bello Horizonte: signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX*. 2000. 216.f. Tese (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2000.

BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva (história antiga e história média)*, 2v., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos históricos e Culturais), 1995.

_____. *Memória histórica e descritiva (história antiga)*, Belo Horizonte: REX, 1936. Segunda Parte: O problema da mudança da Capital (1700-1893). p. 199-359.

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. “Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na primeira república”. In: *Ciências sociais hoje*, 1990. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, p. 117-127, 1990.

_____. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos*.....

_____. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. In: *Revista Mundos do Trabalho*, 2010. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro, p. 12-22 Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/revista.htm>> acesso em 15/04/2011.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: _____; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 100-101.

CANFORA, Hugo. *Donato Donati: o italiano que foi esquecido, o anarquista, o jornalista, o socialista e o educador*. Biblioteca Luiz de Bessa,

- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura; BAPTISTA, Maria Elisa. A arquitetura silenciosa. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.263-293.
- DUTRA, Eliana de Freitas. Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: a República Velha em Minas, V, 1977, Belo Horizonte. *V Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.165-199.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3ªed. São Paulo: Difel, 1983.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. Terceira parte: Disciplina.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1959. Quarta Parte: Economia de transição para o trabalho assalariado, século XIX. p. 95-184.
- GUIMARÃES, Bereneci Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. 323. f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Primeira parte: A hora e a vez dos trabalhadores.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. Parte IV: República: 1889-1964. 193-295
- JESUS, Ronaldo Pereira. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.
- _____; VISCARDI, Cláudia M. R. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: Ferreira, Jorge; Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-52

_____; LACERDA, David P. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. In: *Revista Mundos do Trabalho*, 2010. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro, p. 126-142. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/revista.htm>> acesso em 15/04/2011.

JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-119.

LE VEN, Michel. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977.167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1977.

_____; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Org.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. 75-106.

Leão XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 36.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital: apontamentos históricos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.1e2, p.339-382. Ano 10/ 1905.

_____. *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte, 1895/1954*; estudo crítico e nota biográfica de Maria Céres Pimenta S. Castro. Ed: UFMG: Belo Horizonte, 1995.

MARAM, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro: 1880-1920*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e terra, 1979. v.6.

MONTEIRO, Norma Góes. *Imigração e colonização nas Minas*. 1973. 168f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1973.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Capítulo 07: A República Burguesa (1889-1930), p. 207-286.

PINHEIRO, Paulo Sergio de M. S.; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v.6

REIS, Maria Ester Saturnino. *A cidade “paradigma” e a República: o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX*. 1994. 201.f. Tese (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

RESENDE, Maria Efigenia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.39, p. 129-162. jul.1974.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 213-286.

_____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte, 1918*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1974. Capítulo 05: Belo Horizonte, p. 199-270.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Vol.I, II III.